



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL  
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

HANIELLY CRISTINNY MENDES CARVALHO

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias  
Silveira

Urutaí, fevereiro de 2021.



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano**

*Reitor*

Prof. Dr. Elias de Pádua Monteiro

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação*

Prof. Dr. Alan Carlos da Costa

**Campus Urutaí**

*Diretor Geral*

Prof. Dr. Paulo César Ribeiro Cunha

*Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*

Prof. Dr. Anderson Rodrigo da Silva

**Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica**

*Coordenador*

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

**URUTAÍ**

**2021**

**HANIELLY CRISTINNY MENDES CARVALHO**  
**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:**  
**CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA**  
**CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

*Orientador(a)*

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano  
– Campus Urutaí, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a  
Educação Básica para obtenção do título de Mestre.

**URUTAÍ**  
**2021**

Os direitos de tradução e reprodução reservados.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada ou reproduzida por meios mecânicos ou eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

CC331e Carvalho, Hanielly Cristinny Mendes  
Educação sexual na formação de professores:  
caminhos para a prevenção da violência sexual contra  
crianças e adolescentes / Hanielly Cristinny Mendes  
Carvalho; orientador Ricardo Diógenes Dias Silveira. -  
- Urutai, 2021.  
98 p.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação  
em Ensino para a Educação Básica) -- Instituto  
Federal Goiano, Campus Urutai, 2021.

1. Violência sexual. 2. Educação sexual. 3.  
Formação de professores. I. Silveira, Ricardo Diógenes  
Dias, orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

## FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

**Título da dissertação:** Educação Sexual na Formação de Professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

**Autora:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho

Dissertação de Mestrado **APROVADA** em **25 de fevereiro de 2021**, como parte das exigências para obtenção do Título de **MESTRA EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**, pela Banca Examinadora especificada a seguir:

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira IF Goiano – Campus Urutaí  
- Orientador

Profa. Dra. Cristiane Maria Ribeiro IF Goiano – Campus Urutaí

Profa. Dra. Keides Batista Vicente UEG

Documento assinado eletronicamente por:

- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/02/2021 15:00:02.
- KEIDES BATISTA VICENTE, KEIDES BATISTA VICENTE - Professor Avaliador de Banca - Ueg (01112580000171), em 25/02/2021 11:39:50.
- Ricardo Diogenes Dias Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/02/2021 11:15:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/02/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 242707  
Código de Autenticação: f3d0a420f3





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 3/2021 - CREPG-UR/DPGPI-UR/CMPURT/IFGOIANO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS URUTAÍ  
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a  
Educação Básica

### FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL PELA BANCA DE DEFESA

**Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí - PPG-ENEB**

**Discente:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho

**Título da Dissertação/Tese:** Educação Sexual na Formação de Professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Título do Produto:** O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Orientador:** Ricardo Diógenes Dias Silveira

### FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)

<p><b>Complexidade</b> - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.</p> <p><b>*Mais de um item pode ser marcado.</b></p>	<p>( x ) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.</p> <p>( x ) A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE.</p> <p>( x ) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na respectiva dissertação ou tese.</p> <p>( x ) Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.</p>
--	---

<p><b>Impacto</b> - considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&amp;I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.</p>	<p><input type="checkbox"/> Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
<p><b>Aplicabilidade</b> - relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.</p>	<p><input type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.</p> <p><input type="checkbox"/> PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.</p>
<p><b>Acesso</b> - relaciona-se à forma de acesso do PE.</p>	<p><input type="checkbox"/> PE sem acesso.</p> <p><input type="checkbox"/> PE com acesso via rede fechada.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito.</p>
<p><b>FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)</b></p>	
	<p><input type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito.</p>
<p><b>Aderência</b> - compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.</p>
<p><b>Inovação</b> - considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).</p>
<p><b>Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE</b></p> <p>O produto educacional poderá ser replicado e utilizado em curso de formação inicial e/ou continuada</p>	

de professores, bem como pela rede de proteção de crianças e adolescentes, movimentos sociais e ONGS.

Ricardo Diógenes Dias Silveira - Presidente da banca - *(Assinado eletronicamente)*

Cristiane Maria Ribeiro - Membro Interno - *(Assinado eletronicamente)*

Keides Batista Vicente - Membro Externo - *(Assinado eletronicamente)*

Urutaí, 25 de fevereiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por:

- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/02/2021 14:59:17.
- KEIDES BATISTA VICENTE, KEIDES BATISTA VICENTE - Professor Avaliador de Banca - Ueg (01112580000171), em 25/02/2021 11:33:28.
- Ricardo Diogenes Dias Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/02/2021 11:14:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/02/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 242708  
Código de Autenticação: 0b102c57da



*“Cada um que passa em nossa vida,  
leva um pouco de nós mesmos, e deixa um  
pouco de si mesmo. Há os que levam muito, e  
há os que deixam muito, mas não há os que  
não deixam nada.”*

*(Antoine de Saint-Exupéry)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos concedidas até este momento.

Aos meus pais, Maria Laurinda e José Luiz, e irmão, Flávio Luiz, por sempre acreditarem e apoiarem minhas decisões, oferecendo todo o suporte possível e necessário.

Ao meu esposo, Willian, por oferecer seu ouvido amigo e suportar todo o meu desespero durante o percurso sem nenhum julgamento.

Ao meu querido orientador, professor Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira, que, com leveza e serenidade, conduz seus orientandos com segurança e sabedoria. Agradeço também aos demais professores do Programa, demonstrando minha admiração e gratidão por compartilhar experiências e conhecimento.

Às professoras Dra. Cristiane Maria Ribeiro, Dra. Marise Vicente de Paula e Dra. Keides Batista Vicente, que, além de comporem a banca da qualificação e defesa, participam das minhas construções desde o início da proposta da temática.

Aos meus grandes colegas da Iª Turma do ENEB, #ninguém solta a mão de ninguém. Nada seria possível sem vocês!

Aos meus companheiros de trabalho da rede de proteção da criança e do adolescente do município de Pires do Rio – GO (servidores das Escolas, Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS, CAPS), em especial às minhas colegas e amigas do CREAS, Clêda Cristina, Eva Alecrim e Eva Pinheiro, que sempre me apoiaram na busca do conhecimento.

Por fim, o meu respeito a cada história acolhida! A cada criança e sua família atendida na unidade do CREAS. Enquanto profissional da área da Psicologia, espero ter conseguido ser um pontinho de cuidado para a ressignificação e alívio do sofrimento.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS .....</b>	<b>12</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>14</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>18</b>
2.1 O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes: conceito, notificações e consequências .....	18
2.2 A educação sexual escolar como método de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes .....	30
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>39</b>
3.1 Objetivo geral .....	39
3.2 Objetivos específicos .....	39
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>40</b>
4.1 Instrumentos de coleta de dados .....	42
4.2 Análise de dados .....	44
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>46</b>
5.1 Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes em Pires do Rio – GO .....	46
5.2 Educação sexual escolar: o que dizem os gestores e professores? .....	53
<b>6 PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO SEXUAL.....</b>	<b>62</b>
6.1 Descrição técnica do Produto: plano do curso.....	64
6.2 Preparação instrutiva para acesso ao curso de formação.....	66
6.3 Descrição e análise dos módulos do curso de formação .....	68
6.4 Avaliação das participantes sobre a formação recebida .....	74
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>86</b>
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética .....	86
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>93</b>
Apêndice 1 – TCLE.....	93
Apêndice 2 – Questionário .....	96

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

<b>Figura 1</b> - O “V” epistemológico de Gowin (1981).....	41
<b>Gráfico 1</b> - Número total de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual registrados no CREAS de Pires do Rio – GO.....	47
<b>Gráfico 2</b> - Quantidade de vítimas de violência sexual, por sexo e faixa etária, notificadas no CREAS de Pires do Rio – GO entre o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2019.....	48
<b>Gráfico 3</b> - Total de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, separados por sexo e faixa etária.....	49
<b>Gráfico 4</b> - Possíveis agressores (as) / autores (as) da violência sexual contra crianças e adolescentes notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, separados por grau de parentesco e proximidade com a vítima.....	50
<b>Gráfico 5</b> - Nível de escolaridade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019.....	52
<b>Gráfico 6</b> - Distribuição dos questionários respondidos conforme função desempenhada por unidade escolar.....	55
<b>Gráfico 7</b> - Nível de preparo das participantes para trabalhar a temática da educação sexual com os alunos.....	57
<b>Gráfico 8</b> - Dificuldades encontradas pelos participantes em trabalhar a temática da educação sexual com seus alunos.....	59
<b>Imagem 1</b> - Página do link de acesso.....	66
<b>Imagem 2</b> - Página campos obrigatórios.....	67
<b>Imagem 3</b> - Página inicial do curso.....	67
<b>Imagem 4</b> - Página de <i>Login</i> .....	68
<b>Imagem 5</b> - Atividade Avaliativa 1.....	70
<b>Imagem 6</b> - Roda de conversa com o Ministério Público: o papel da rede de proteção na garantia de direitos da criança e do adolescente.....	72
<b>Quadro 1</b> - Atividades propostas no Módulo 1.....	69
<b>Quadro 2</b> - Atividades propostas no Módulo 2.....	70
<b>Quadro 3</b> - Atividades propostas no Módulo 3.....	72
<b>Tabela 1</b> - Itens C.2 e C.3 do RMA.....	46
<b>Tabela 2</b> - Agrupamento das participantes.....	55

<b>Tabela 3</b> - Descrição técnica do Produto e plano de curso.....	64
<b>Tabela 4</b> - Resultados da autoavaliação e avaliação do curso.....	75

# **EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

## **RESUMO**

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é um assunto camuflado e pouco discutido que demanda atenção do poder público e dos profissionais de diversas áreas, destacando, no presente trabalho, o importante papel da escola no processo de educação sexual. A escola é um espaço privilegiado para a interrupção do ciclo de violência, tendo como referência as propostas e ações em educação sexual. Porém, muitas vezes, os profissionais encontram dificuldades com a abordagem dessa temática e optam por omitir os comportamentos suspeitos de alunos. Levando em consideração a problemática apresentada, esta pesquisa tem como principal objetivo investigar e analisar como a rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO têm trabalhado as ações voltadas para a educação sexual em seu cotidiano com os alunos. Esta investigação, de caráter qualitativo, foi composta de três etapas. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa documental que objetivou avaliar os atendimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de Pires do Rio – GO, relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes. A partir dos dados analisados, observou-se que o maior número de incidência corresponde à crianças e adolescentes do sexo feminino, com faixa etária do 0 aos 12 anos, inseridas nos anos iniciais do processo de escolarização. Além disso, verificou-se que grande parte dos supostos agressores (as) possuem vínculo afetivo e de confiança com a vítima, sinalizando a ausência de definição de papéis de proteção no núcleo familiar. Diante desta realidade, ficou evidente que a cidade precisa promover melhores formas de prevenção a este tipo de violência, principalmente com a educação sexual dentro dos espaços escolares. Assim, a segunda etapa da pesquisa consistiu na aplicação de um questionário a um grupo de gestores e professores de escolas públicas municipais que contemplam a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Por fim, os resultados das duas primeiras etapas levaram à terceira etapa da presente pesquisa, a elaboração de um curso de formação em educação sexual aplicado aos participantes deste trabalho, um processo avaliado por eles. O curso contribuiu com a formação dos participantes e provocou reflexões no campo da educação sexual, sinalizando possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Violência sexual. Educação sexual. Formação de professores.

# **SEXUAL EDUCATION IN TEACHER TRAINING: PATHS FOR THE PREVENTION OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS**

## **ABSTRACT**

The phenomenon of sexual violence against children and adolescents is a subject camouflaged and little discussed that demands attention from the public authorities and professionals from various areas, highlighting, in the present work, the important role of the school in the process of sexual education. The school is a privileged space for the interruption of the cycle of violence, having as reference the proposals and actions in sex education. However, professionals often encounter difficulties with the approach of this theme and choose to omit the suspicious behaviors of students. Considering the problem presented, this research has as main objective to investigate and analyze how the municipal school network of Pires do Rio – GO have worked the actions focused on sexual education in their daily lives with students. This qualitative investigation was composed of three stages. The first stage consisted of a documentary research that aimed to evaluate the care at the Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) in the city of Pires do Rio – GO, related to sexual violence against children and adolescents. From the data analyzed, it was observed that the highest number of incidences correspond to female children and adolescents, aged 0 to 12 years, inserted in the initial years of the schooling process. In addition, it was found that most of the alleged aggressors have an affectional bond with the victim, signaling the absence of definition of protective roles in the family nucleus. Given this reality, it was evident that the city needs to promote better forms of prevention of this type of violence, especially with sexual education within school spaces. Thus, the second stage of the research consisted in the application of a questionnaire to a group of managers and teachers of municipal public schools that include Early Childhood Education and Elementary School I. Finally, the results of the first two stages led to the elaboration of the third stage of this research, a training course in sexual education applied to the participants of the present work, that was also evaluated by them. The course contributed to the training of the participants and provoked reflections in the field of sexual education, signaling possibilities for preventing sexual violence against children and adolescents.

**Keywords:** Sexual violence. Sex education. Teacher training.

## 1 INTRODUÇÃO

*“Menina de dez anos engravidada após ser estuprada no Espírito Santo”*

Por Jornal Nacional em 15/08/2020.

Esse foi o título da notícia recentemente divulgada na mídia que assustou o Brasil e trouxe várias discussões à tona. Trata-se do caso da menina de 10 anos de idade que engravidou após ter sido violentada pelo próprio tio. A criança deu entrada em um hospital do estado de Espírito Santo apresentando dores no abdômen e, após avaliação e exames clínicos, foi constatada a gravidez (Jornal Nacional, 2020).

O fato nos faz lembrar um crime bárbaro, ocorrido em 18 de maio de 1973 na cidade de Vitória, também no estado do Espírito Santo, que ficou conhecido como o "Caso Araceli". Esse era o nome de uma menina de apenas 8 anos de idade que teve todos os seus direitos humanos violados. A criança foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje está impune e a data ficou estabelecida como o "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", instituído pela Lei Federal nº. 9.970/2000 (BEZERRA; PIANA, 2019).

Nos últimos anos, verifica-se um aumento na divulgação dos casos de violência e maus tratos contra a população infantojuvenil, estando o abuso sexual entre uma das mais comuns neste ciclo de vida (CAVALCANTE, 2020). A Childhood Brasil (2020) divulgou um relatório completo dos “Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, registrados em diferentes canais, como no Disque Direitos Humanos - Disque 100, no Ministério da Saúde e na Segurança Pública.

Analisando os dados do Disque Direitos Humanos - Disque 100, canal de denúncias oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre 2011 a 2019 foram registradas aproximadamente 205.868 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Os dados do Ministério da Saúde apontam 141.105 notificações desse mesmo tipo de violência entre 2011 a 2017. Somente no ano de 2019, o sistema de Segurança Pública recebeu 25.984 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em média, mais de 70 crianças ou adolescentes foram abusadas por dia no Brasil (CHILDHOOD BRASIL, 2020).

A violência sexual atinge crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais, sendo a maioria das vítimas crianças (de 0 a 12 anos de idade) do sexo feminino. Essa violação de direitos interfere diretamente no desenvolvimento psicológico, emocional e social da criança e do adolescente. Sabe-se que a responsabilidade sobre os métodos de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes é responsabilidade dos diversos setores: família, educação, saúde, assistência social, segurança pública, turismo, lazer, cultura, entre outros (VIEIRA *et al.*, 2015).

O “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2013a) ressalta que uma das estratégias de cuidado adotada é a proteção como meio de evitação. Tais estratégias visam assegurar ações preventivas contra a violência sexual por meio de ações de educação e sensibilização, possibilitando que crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua autodefesa, enfatizando a escola como o local mais apropriado para tais estratégias (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Saito e Leal (2000) também apontaram que a escola é o espaço mais adequado e eficaz para se trabalhar temas relacionados à sexualidade com crianças e adolescentes, principalmente por meio da educação sexual, visto que suas ações favorecem o desenvolvimento do autocuidado, da cidadania, do respeito e do compromisso consigo mesmo e com o outro.

Apesar da literatura sinalizar a importância da educação sexual nas diferentes etapas da vida da criança e do adolescente, essa ainda é pouco vista quando inserida no contexto escolar, principalmente nos anos iniciais do processo de escolarização (FERNANDES; LORENZETTI, 2019).

Assim, considerando a alta incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes e a hipótese de que não há um trabalho efetivo sobre a temática da educação sexual no contexto escolar, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: como a rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO têm trabalhado a educação sexual com seus alunos?

Essa pesquisa teve como prioridade contribuir com os diferentes olhares sobre a importância da educação sexual, sinalizando possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, fazendo com que as questões sobre educação sexual ocupem um lugar de respeito, atenção e compromisso na gestão das escolas, além de contribuir para a rede de cuidado e proteção dessas crianças e adolescentes.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta alguns conceitos e significados necessários à discussão da temática. Primeiramente, propõe-se uma discussão sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, abordando seu conceito e suas faces ao longo da história, a realidade das notificações e as consequências desta para a vítima, ressaltando o papel da rede de proteção.

Em um segundo momento, levanta-se as possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no campo da educação sexual escolar, destacando a importância da formação docente para reconhecer os sinais que as vítimas geralmente apresentam.

### 2.1 O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes: conceito, notificações e consequências

De forma geral, a violência é um fenômeno complexo que perpassa as relações interpessoais. De acordo com Immanuel Kant um fenômeno constitui o mundo como o ser humano o experimenta, ou seja, a forma como o objeto se apresenta a nós. Pode-se considerar, a partir de Kant, que o fenômeno da violência se apresenta de diferentes formas, devendo a ciência preocupar-se em compreendê-lo a partir das nossas experiências (Kant *apud* BRASIL, 2018d).

Nesse sentido, a temática da violência, mais especificamente da violência sexual contra crianças e adolescentes, será abordada nesse estudo como um fenômeno, algo passível de explicação científica (DICIO, 2021). Mas, é necessário apontar que a violência também pode ser analisada como uma problemática pelos olhos de outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais e a Saúde, ou ainda como um crime para aqueles da área do Direito.

O Código Penal Brasileiro não dispõe de uma tipificação explícita de abuso, no entanto, traz em seu Título VI, os crimes contra a dignidade sexual:

Título VI – DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.  
CAPÍTULO II – DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL.  
Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009):  
Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

[...].

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

§ 5º As penas previstas no **caput** e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime (BRASIL, 1940; BRASIL, 2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso intencional de força física ou do poder, em forma de ameaça ou na prática, voltada contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006).

A violência contra a criança e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes atores/forças com pesos/poderes desiguais que se confrontam. Há, nesse sentido, um desequilíbrio de conhecimento, de força de autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos entre as partes envolvidas (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Existem diversos tipos de violência a que crianças e adolescentes são submetidos, sendo que sua classificação mais usual são: negligência, violência física, psicológica e sexual (BRASIL, 2018d).

A negligência é caracterizada pela omissão do responsável em prover as necessidades básicas para o desenvolvimento sadio da criança, gerando, em muitos casos, o abandono. Tal violência se expressa na falta de alimentos, de vestimenta, de cuidados escolares e com a saúde de modo que tais faltas não são resultado de circunstâncias que fogem ao controle e ao alcance dos responsáveis pelas crianças e adolescentes (VERONESE; COSTA, 2006; MINAYO, 2001b).

A violência física é uso da força física de forma intencional realizado por um adulto contra uma criança e/ou adolescente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 80% dos casos os agressores são os próprios pais, parentes e conhecidos. Essa violência deixa, normalmente, marcas evidentes de lesões cutâneas como hematomas, equimoses, queimaduras e fraturas de todos os gêneros e, em casos extremos, pode causar a morte. Ela atinge, normalmente, crianças com a faixa etária entre 0 a 3 anos. (MINAYO, 2001b; VERONESE; COSTA, 2006).

A violência psicológica se caracteriza em expor crianças e adolescentes a situações de humilhação e constrangimento, por meio de agressões verbais, ameaças, cobranças e punições exageradas, conduzindo a vítima a sentimento de rejeição e impedindo-a de estabelecer relações de confiança com outros adultos (VERONESE; COSTA, 2006).

A violência sexual contra crianças e adolescentes, objeto de investigação deste estudo, configura-se como qualquer ação de interesse sexual, consumado ou não, praticado por alguém em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à vítima. Tal violência é uma violação dos direitos sexuais das crianças e adolescentes, porque abusa ou explora dos seus corpos e de sua sexualidade, seja pela força ou outra forma de coerção, ao envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias à sua idade, ou ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ocorrer de duas formas distintas – abuso ou exploração sexual (BRASIL, 2018d), como pode ser observado a seguir:

O abuso sexual - É a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. O Abuso Sexual é geralmente praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Essa violência pode se manifestar dentro do ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar). A exploração sexual - É a utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais, mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca (BRASIL, 2018d, p. 41).

Para muitos autores, este tipo de violência é tratado pela terminologia “abuso sexual”, a qual será mantida quando tais estudiosos forem citados. Porém, cumpre destacar que, na presente pesquisa, o termo “violência sexual” será adotado devido à sua ênfase nos debates mundiais.

A violência sexual contra crianças e adolescentes esteve presente na história desde os mais antigos registros, como afirma De Mause (1975 *apud* FALEIROS; FALEIROS, 2008) em uma visão bastante pessimista:

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na História, mais reduzido o nível de cuidados com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente (DE MAUSE, 1975 *apud* FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 16).

Nos tempos bíblicos, há registros de adultos que mantinham relação sexual com crianças do sexo feminino a partir dos 3 anos de idade, ato permitido pelo pai em troca de certa quantia em dinheiro que julgasse adequado por sua filha. Destaca-se que o adulto que mantivesse relação sexual com crianças, especificamente com meninas, não estava sujeito a nenhuma restrição ou punição (BASS; THORNTON, 1985).

Com a chegada do catolicismo esse cenário permaneceu intacto. Segundo a lei católica, era permitido relações sexuais de adultos com crianças desde que estas tivessem a idade mínima de 7 anos (BASS; THORNTON, 1985). Esses fatos indicam que a violência sexual contra

crianças e adolescentes sempre existiu, com variações de acordo com a cultura e a época. Tal prática ocorria, em especial, contra meninas e mulheres, devido à sociedade patriarcal na qual todos os poderes e decisões pertenciam ao homem, pai e chefe da família (VAGLIATI, 2014).

Durante a Idade Média, as crianças eram misturadas aos adultos logo que desmamavam (por volta dos 7 anos de idade), partilhavam todas as vivências com eles sem qualquer restrição. Nas casas, não havia separação de quartos. Adultos e crianças partilhavam dos mesmos jogos e brincadeiras. A vida adulta não possuía nenhum segredo. Tudo isso fazia com que, desde muito cedo, as crianças soubessem tudo sobre sexo, sendo comum o toque pelos adultos nos genitais das crianças (ARIÈS, 1981).

Na sociedade grega era comum registros de prostituição de meninos e de adultos que mantinham relações sexuais com crianças de ambos os sexos (BUBENECK, 2004). Bass e Thornton (1985) citam que na China, durante mil anos, com vistas a priorizar os desejos sexuais masculinos, as meninas eram obrigadas, a partir dos 5 anos de idade, a passarem pelo processo de diminuição dos pés, que deveriam medir entre oito e dez centímetros. Passar por esse doloroso processo garantia às meninas um futuro casamento, o que era permitido e acompanhado pelas próprias mães, já que os homens eram atraídos sexualmente por pés mutilados do tamanho dos pés de um bebê.

No passado, em alguns continentes, era comum a mutilação do clitóris das meninas, prática encontrada ainda hoje em países africanos e do Oriente Médio. Essa mutilação tinha, e ainda tem, a intenção de evitar que elas sintam prazer na relação sexual, para além de mostrar o lugar privilegiado ocupado pelo homem - pai e detentor do poder -, em relação ao lugar ocupado pela mulher, submissa e privada de qualquer prazer. Nessas sociedades, embora haja o argumento de que a prática de mutilação do clitóris seja uma tradição, vários países a condenam e a consideram como abuso sexual. Com a intenção de dar visibilidade a esse fenômeno, foi criado o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (VAGLIATI, 2014).

No Brasil do século XVI, no período da República, há registros das diversas formas de violência às quais crianças e adolescentes eram submetidos, tais como maus tratos, negligência, violência sexual e morte. Na epopeia marítima rumo à Terra de Santa Cruz, as crianças que subiam a bordo das embarcações estavam expostas a abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Até mesmo as crianças acompanhadas pelos pais eram violadas por pedófilos. As crianças eram abusadas e esgotadas até a morte (DEL PRIORE, 2013; RAMOS, 2013).

Também na primeira visita do Santo Ofício da Inquisição à Bahia, em 1591, há registro da confissão de um sacerdote que revelava o abuso sexual cometido contra crianças do sexo

feminino. Tal prática foi considerada criminosa pelas leis do Santo Ofício não devido ao abuso sexual cometido pelo religioso contra crianças, mas sim por ter sido realizado conjunção anal, prática que era condenada pela igreja como abominável pecado de sodomia (AZEVEDO; GUERRA, 2007).

Historicamente, situações de violência intrafamiliar, em especial de abuso, não eram foco de intervenções externas do poder público, estando restritas ao âmbito familiar. Envoltas de silêncio, tais práticas eram compreendidas como privadas (CREPOP, 2020). Isso se dá porque, antes do século XVII, a fase da infância era considerada uma etapa a ser rapidamente ultrapassada para que o indivíduo se tornasse um ser produtivo e contribuísse efetivamente na e para a comunidade. A criança era retratada em forma de um adulto em miniatura e não havia a fase da adolescência (ARIÈS, 1981).

No Brasil, a população infantojuvenil só passa a ser reconhecida como sujeitos de direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que afirma em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes só ganhou relevância política e visibilidade entre a sociedade brasileira a partir da implantação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, através da Lei nº. 8.069/1990, que tem por finalidade: “Garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência” (BRASIL, 1990).

Assim, com o avanço de discussões sobre as consequências da violência sexual para o desenvolvimento humano de forma geral e seu impacto sobre a saúde individual e coletiva, tais questões passaram a ser compreendidas como um problema de saúde pública, alvo de políticas e intervenções específicas (CREPOP, 2020).

De acordo com Lorencini e Ferrari (2002), as discussões neste campo são de extrema importância e necessidade, uma vez que a violência sexual se relaciona, sobretudo, à violência doméstica e às crises no meio familiar. O abusador pode ter sido vítima de violência sexual quando criança. Portanto, crianças violentadas sexualmente hoje podem tornar-se um violentador amanhã.

No Boletim Epidemiológico editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, com base nos dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2011

a 2017 foram notificados 141.105 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A avaliação das vítimas permitiu identificar que 119.798 (84,9%) são do sexo feminino; 71.963 (51%) têm de 1 a 5 anos de idade; 64.202 (45,5%) são negras (BRASIL, 2018b; CHILHOOD BRASIL, 2020).

Ainda de acordo com o número divulgado pelo SINAN, dos 141.105 casos notificados, 87.485 (62%) ocorreram na residência da vítima e 52.575 (37,26%) tiveram caráter de repetição. Em 124.131 (87,9%) dos casos, o possível agressor era do sexo masculino e, em 91.436 (64,8%), este agressor era familiar ou conhecido da vítima. Ressalta-se que, em 17.073 (12,1%) dos casos, o possível agressor era do sexo feminino (mãe, madrastra, avó, tia) que abusaram ou negligenciaram as crianças, sendo coniventes com a situação de violência (BRASIL, 2018b; CHILHOOD BRASIL, 2020).

Em seu estudo, Costa (2011) destaca que o reconhecimento e identificação de mulheres como autoras de violência sexual contra crianças e adolescentes ainda ocupam pouco espaço nas discussões acadêmicas, possivelmente devido aos estereótipos culturais de gênero e atribuições no que concerne aos papéis sociais e condutas esperadas por parte de cada um (feminino e masculino). O menino é incentivado ainda muito jovem a expor sua virilidade e iniciar sua vida sexual com mulheres mais velhas. Esse fato é considerado uma forma de violência sexual, mas está perpetrado na sociedade como uma condição de “nascer” homem. Quando garotos, por exemplo, são abusados sexualmente por mulheres, a cultura machista se encarrega de achar que esse ato é algo normal, considerado até mesmo um “privilégio” (ARAÚJO, 2020).

No mesmo período, de 2011 a 2017, o Disque Direitos Humanos - Disque 100 - registrou 179.244 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. No ano de 2018, neste mesmo canal de denúncias, foram notificados 17.052 casos e, em 2019, ocorreram 9.552 notificações (CHILDHOOD BRASIL, 2020).

No Estado de Goiás, as estatísticas também denotam uma realidade preocupante, que desafia os gestores públicos e representantes de entidades civis que atuam na área de Direitos Humanos na infância e adolescência. Em 2016, conforme o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), foram notificados 828 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no território goiano. No ano de 2017, o DATASUS registrou 930 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes para a faixa etária dos 0 aos 19 anos, sendo que 25 destes casos foram investigados e confirmados entre os municípios da região sudeste do Estado – região da Estrada de Ferro (GOIÁS, 2019).

Durante o mapeamento de pontos vulneráveis para a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais do Brasil, realizado pela Polícia Rodoviária Federal em 2017 e 2018, foram identificados 2.487 pontos críticos. Destes, 25,89% (644) estão concentrados na região Nordeste; 23,12% (575) na região Sul; 18,81% (468) no Sudeste; 16,24% (404) na região Norte e, 15,92% (396) distribuídos na região Centro-Oeste (CHILDHOOD BRASIL, 2020). Esse dado aponta as regiões litorâneas como pontos “facilitadores” para a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, devido à má distribuição de renda e, conseqüentemente, a pobreza, miséria e a falta de uma educação de qualidade para aqueles em condições econômicas desfavoráveis.

Os números de casos de violência sexual tiveram um aumento ainda mais assustador em vários países no ano de 2020 devido ao isolamento social causado pela COVID-19. A World Vision, uma Organização Não Governamental (ONG), estimou em maio de 2020 que mais de 85 milhões de meninas e meninos em todo o mundo poderiam vir a ser expostos a situações de violência física, emocional e sexual durante os próximos meses como resultado da quarentena. No Brasil, segundo dados do Disque Direitos Humanos, apenas em abril foram registradas 19.663 denúncias de violência sexual contra menores (WORLD VISION, 2020; INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

Para Habigzang (2020), com a pandemia da COVID-19 e o isolamento social, as pessoas diminuíram seus contatos com a rede de proteção (amigos, familiares, serviços de saúde, escola, entre outros) e, com isso, os casos de violência ficaram ainda mais “escondidos” dentro de casa. A autora e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) coordenou a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento da violência doméstica durante a pandemia, chamada “Isolamento durante o COVID-19 e violência dentro de casa”.

Embora sejam fontes oficiais dos registros, a qualidade das informações muitas vezes não é confiável, pois a completude dos dados fica a desejar. Os sistemas de informação precisam ser otimizados no que tange a cobertura, visto que a minoria dos casos de violência sexual é notificada no Brasil, e o percentual de vítimas que registram o crime em delegacias é ainda menor (KATAGUIRI; SCATENA; RODRIGUES; CASTRO, 2019). Estima-se que menos de 20% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes chegam de fato ao conhecimento das pessoas encarregadas de tomar providências, principalmente pela falta de informação das vítimas e outras pessoas envolvidas (BRASIL, 2016; GOIÁS, 2019).

Araújo (2020) afirma, em seu livro “Abuso: a cultura do estupro no Brasil”, que os motivos para o silêncio das pessoas que sofreram essa violência são os mesmos em qualquer

parte do planeta: elas sentem medo, vergonha, culpa e dependem, muita das vezes, afetiva e financeiramente do agressor, como nos casos de crianças abusadas ou mulheres que toleram maridos que abusam dos seus filhos. É possível acrescentar, ainda, a descrença no poder público, que muitas vezes trata a vítima como culpada.

Ainda em sua obra, Araújo (2020) destaca alguns padrões que se repetem em todo em relação ao fenômeno da violência sexual: as maiores vítimas são mulheres menores de idade e os agressores são, em geral, seus conhecidos (pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos). A autora constata que “o maior perigo está quase sempre dentro de casa”.

Em relação aos sinais e consequências, é possível que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocasiona uma série de danos físicos, emocionais/psicológicos, sociais e acadêmicos (VIODRES INOUE; RISTUM, 2008). Os efeitos não são os mesmos em todas as vítimas, podendo afetá-las de maneiras diversas, conforme apontado na cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Reflexões e Abordagens”, elaborada pelo Ministério Público de Goiás:

A gravidade das consequências a curto, médio ou longo prazo dependerá de uma série de fatores de risco e proteção intrínsecos e extrínsecos à vítima. Os fatores intrínsecos podem incluir a resiliência, vulnerabilidade, idade e recursos emocionais da criança ou do adolescente. Os fatores extrínsecos referem-se aos recursos sociais, dinâmica familiar, recursos emocionais dos cuidadores e impacto das revelações do abuso na família. Assim, apesar de sempre haver prejuízos, algumas vítimas expressarão o seu sofrimento por meio de diferentes sintomas evidentes, enquanto outras não o farão. Ademais, não existem sinais exclusivos referentes aos casos de violência sexual (BRASIL, 2016, p. 13).

A violência sexual contra crianças e adolescentes revelam algumas implicações para as vítimas, podendo estas apresentar sintomas comuns, tais como: pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo (BRASIL, 2018d).

O Ministério da Saúde elaborou as possíveis alterações comportamentais que crianças e adolescentes em situação de violência podem apresentar de acordo com sua faixa etária (BRASIL, 2010):

- **Crianças de até 11 meses de vida:** choros sem motivo aparente; irritabilidade frequente sem causa aparente; olhar indiferente e apatia; demonstrações de desconforto no colo; atraso no desenvolvimento, perdas ou regressão de etapas atingidas; dificuldades na amamentação, podendo chegar à recusa alimentar, vômitos persistentes; distúrbios do sono; dificuldades de socialização e tendência ao isolamento; aumento da incidência de doenças, injustificável por causas orgânicas, especialmente as de fundo alérgico; afecções de pele frequentes, sem causa aparente.

- **Crianças de 1 a 4 anos de idade:** choros sem motivo aparente; irritabilidade frequente, sem causa aparente; olhar indiferente e apatia; tristeza constante; reações negativas exageradas a estímulos comuns ou imposição de limites; atraso no desenvolvimento, perdas ou regressão de etapas atingidas; dificuldades na amamentação, podendo chegar à recusa alimentar, vômitos persistentes; distúrbios de alimentação; atraso e dificuldades no desenvolvimento da fala; distúrbios do sono; dificuldades de socialização e tendência ao isolamento; aumento da incidência de doenças, injustificável por causas orgânicas, especialmente as de fundo alérgico; afecções de pele frequentes, sem causa aparente; comportamentos extremos de agressividade ou destrutividade; ansiedade ou medo ligado a determinadas pessoas, sexo, objetos ou situações; pesadelos frequentes, terror noturno; tiques ou manias; baixa autoestima e autoconfiança; sintomas de hiperatividade;
- **Crianças de 5 a 9 anos de idade:** choros sem motivo aparente; irritabilidade frequente, sem causa aparente; olhar indiferente e apatia; tristeza constante; reações negativas exageradas a estímulos comuns ou imposição de limites; atraso no desenvolvimento, perdas ou regressão de etapas atingidas; distúrbios de alimentação; enurese e encoprese; Atraso e dificuldades no desenvolvimento da fala; distúrbios do sono; dificuldades de socialização e tendência ao isolamento; aumento da incidência de doenças, injustificável por causas orgânicas, especialmente as de fundo alérgico; afecções de pele frequentes, sem causa aparente; distúrbios de aprendizagem até o fracasso na escola; comportamentos extremos de agressividade ou destrutividade; ansiedade ou medo ligado a determinadas pessoas, sexo, objetos ou situações; pesadelos frequentes, terror noturno; tiques ou manias; comportamentos obsessivos ou atitudes compulsivas; baixa autoestima e autoconfiança; automutilação, escarificações, desejo de morte e tentativa de suicídio; problemas ou déficit de atenção; sintomas de hiperatividade; comportamento de risco, levando a traumas frequentes ou acidentes; uso abusivo de drogas.
- **Adolescentes de 10 a 19 anos de idade:** choros sem motivo aparente; irritabilidade frequente, sem causa aparente; olhar indiferente e apatia; tristeza constante; reações negativas exageradas a estímulos comuns ou imposição de limites; distúrbios de alimentação; enurese e encoprese; distúrbios do sono; dificuldades de socialização e tendência ao isolamento; aumento da incidência de doenças, injustificável por causas orgânicas, especialmente as de fundo alérgico; afecções de pele frequentes, sem causa aparente; distúrbios de aprendizagem até o fracasso na escola; comportamentos

extremos de agressividade ou destrutividade; ansiedade ou medo ligado a determinadas pessoas, sexo, objetos ou situações; pesadelos frequentes, terror noturno; tiques ou manias; comportamentos obsessivos ou atitudes compulsivas; baixa autoestima e autoconfiança; automutilação, escarificações, desejo de morte e tentativa de suicídio; problemas ou déficit de atenção; sintomas de hiperatividade; comportamento de risco, levando a traumas frequentes ou acidentes; uso abusivo de drogas.

Tais comportamentos não devem ser analisados de forma isolada. Crianças e adolescentes sofrendo violência sexual podem apresentar queixas vagas que, em primeiro momento, não levam o profissional a suspeitar dessa situação. Quase sempre, crianças e adolescentes “avisam” que estão vivenciando situações de violência sexual de maneira não verbal (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Baseado no “Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência”, elaborado sob a coordenação de Waksman, Hirschheimer e Pfeiffer (2018), as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem também apresentar: a) atitudes sexuais impróprias para a idade; b) demonstração de conhecimento sobre atividades sexuais superiores à sua fase de desenvolvimento, através de falas, gestos ou atitudes; c) masturbação frequente e compulsiva, independente do ambiente em que se encontre; d) tentativas frequentes de desvio para brincadeiras que possibilitem intimidades, a manipulação genital, ou ainda que reproduzem as atitudes do abusador com ela; e) infecções urinárias de repetição.

Em caso de revelação espontânea, é importante valorizar as informações da criança e do adolescente. Não é recomendado: a) perguntar diretamente se um dos pais ou familiares foi responsável pelo ocorrido; b) insistir em confrontar informações contraditórias; c) demonstrar sentimentos de desaprovação, raiva e indignação; d) assumir postura de policial ou de detetive; e) tentar resolver o caso sozinho e fazer promessas que não poderão ser cumpridas; f) desconsiderar o sentimento da criança ou adolescente com frases do tipo “isso não foi nada”, “não precisa chorar” e tratá-lo como “coitadinho (a)”. Deve-se estar atento ao acolhimento dessa criança ou adolescente, evitando novos traumas ou revitimizações (BRASIL, 2010).

Estudos demonstram que crianças e adolescentes que viveram situações de violência sexual podem desenvolver uma visão muito particular do mundo e dos relacionamentos interpessoais. Podem apresentar sentimento de culpa, baixa autoestima, problemas com a sexualidade e dificuldades para construir relações afetivas duradouras. Por tudo isso, quanto antes as vítimas de violência sexual receberem apoio educacional, médico e psicológico,

maiores serão as chances de superarem a experiência negativa da infância e de terem uma vida adulta mais prazerosa e saudável (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Uma das razões para notificar suspeitas ou ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes às autoridades está justificada no artigo 13 do ECA: “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990).

Além de ser um dever moral e humanitário do educador, outra razão de igual importância para fazer a notificação de casos suspeitos é a obrigação estabelecida no mesmo ECA, em seu artigo 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

As suspeitas podem ser comunicadas ao Conselho tutelar ou por meio do Disque Direitos Humanos - Disque 100, um serviço de discagem direta e gratuita disponível em todos os estados brasileiros que funciona diariamente, das 8h às 22h, inclusive aos fins de semana e feriados, recebendo denúncias anônimas de violência contra crianças e adolescentes, garantindo o sigilo.

O atendimento e acompanhamento desses casos não deve ser uma ação solitária do profissional de saúde ou da educação. A responsabilidade da identificação e suporte é responsabilidade de todas as instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Assim, a partir do momento que há a suspeita, é necessário realizar a notificação junto ao órgão competente para que se possa prosseguir com os encaminhamentos necessários (BRASIL, 2010).

De acordo com Vagliati (2014) e Santos e Ippolito (2014), fazem parte do SGD:

- ✓ **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** órgão de apoio da política de defesa dos direitos da criança e do adolescente e da regulamentação e fiscalização das ações referentes a esse público;
- ✓ **Conselho Tutelar (CT):** órgão responsável por garantir a proteção a crianças e a adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados. Recebe as notificações e toma as medidas necessárias e encaminhamentos;

- ✓ **Educação (Escolas):** têm o papel de identificar os casos de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes e comunicar às autoridades competentes, assim como solicitar a presença dos pais ou responsáveis fazendo as orientações necessárias, os ouvindo e os acolhendo. Também é função da escola receber e dar prioridade na matrícula de crianças em situação de risco ou vulnerabilidade e que estejam abrigadas;
- ✓ **Saúde:** Unidades de Saúde, Hospitais e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): prestam a atenção integral em saúde, nas dimensões do acolhimento, atendimento (diagnóstico, tratamento e cuidado) e notificação;
- ✓ **Assistência Social:** Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): responsáveis pela oferta de programas socioassistenciais e serviços especializados às famílias e indivíduos nas diversas situações de ameaças e/ou direitos violados.
- ✓ **Segurança Pública:** Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal: encarregados da segurança e investigação dos fatos notificados;
- ✓ **Poder Judiciário:** Ministério Público, Varas da Infância e Defensoria Pública: fiscalizam e aplicam a lei para solucionar os conflitos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes;
- ✓ **Família:** primeira instância de cuidado e proteção.

Em relação à família, a rede de proteção deve estar atenta à dinâmica familiar, levando em consideração que, na grande maioria dos casos, o abusador tem uma relação de parentesco ou proximidade com a vítima. Por isso, é preciso pensar o sujeito em sua totalidade, mesmo que não seja possível responder a todas as suas demandas.

Cabe a cada localidade/município, por meio de sua uma rede de apoio disponível, construir o seu próprio fluxo de atendimento e guiar os procedimentos desde o acontecimento de uma revelação espontânea, perpassando pela escuta psicológica ou pela escuta realizada por outros profissionais até o provável acompanhamento psicoterapêutico na área da saúde mental, com a perspectiva de traçar melhores maneiras de participar de forma consentânea aos parâmetros estabelecidos pelo ECA (CREPOP, 2020).

Assim, a promoção da saúde e a prevenção de violências contra criança e adolescentes é papel de todos. O fluxo de atendimento deve abranger ações coletivas, envolvendo instituições de educação e ensino, associações, grupos formais e informais e lideranças comunitárias e juvenis, dentre outros, como parceiros fundamentais. As ações preventivas na comunidade são essenciais para a redução dos riscos de violência e promoção da cultura de paz no território. A

atuação mais eficaz é aquela que inclui, faz alianças e se torna presente na vida cotidiana das famílias e das comunidades.

## **2.2 A educação sexual escolar como método de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes**

Normalmente, a escola é o local onde acontece a maioria das revelações espontâneas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, pois habitualmente a criança/adolescente permanece a maior parte do tempo e automaticamente constrói, ao longo de sua permanência neste espaço, referências positivas com professores, colegas ou alguém deste meio que lhe proporcione segurança (CREPOP, 2020).

Mesmo em tempo de pandemia em virtude da COVID-19, esse contato entre a escola, o professor e o aluno vêm sido mantido. Muitas escolas vêm realizando o monitoramento dos alunos que estão realizando as atividades remotas propostas e entrando em contato com os responsáveis para averiguar o que está acontecendo no caso daqueles que não estão acompanhando, mantendo uma relação de proximidade (INSTITUTO UNIBANCO, 2020).

O Decreto nº. 9.603/2018 estabelece, no artigo 11, que na hipótese de o profissional da educação identificar atos de violência, ou a criança ou adolescente revelá-los de maneira espontânea, inclusive no ambiente escolar, é necessário: a) acolher a criança ou o adolescente; b) informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar; c) encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do SGD da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e d) comunicar o Conselho Tutelar (CREPOP, 2020; BRASIL, 2018a).

As redes de ensino deverão contribuir para o enfrentamento das violências sexuais por meio de ações de educação sexual e prevenção à violência, pois as temáticas ligadas à sexualidade fazem parte do cotidiano dos alunos e a escola se constitui como um espaço de troca e vivências.

Louro (1997) afirma que os corpos ganham sentido socialmente, de acordo com a cultura. A inscrição do gênero feminino ou masculino nos corpos é a marca dessa cultura. As possibilidades de sexualidade e suas formas de expressar desejos e prazeres também são

estabelecidas e codificadas. Portanto, as identidades de gênero e sexuais são compostas e se definem pelas relações sociais entrelaçadas às redes de poder em uma sociedade.

O espaço escolar e, mais especificamente, a educação, portanto, não se restringe apenas ao desenvolvimento cognitivo, mas sim ao desenvolvimento integral do indivíduo, levando em consideração sua sexualidade, sua espontaneidade, suas crenças e sua diversidade de valores. Assim, considera-se importante a discussão sobre sexualidade e educação sexual na escola, uma vez que esta última é definida por Figueiró (2010, p. 03) como: “[...] toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja nível do conhecimento de informação básica, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual”.

A ideia que se tem hoje sobre a sexualidade foi construída no século XIX, pelo discurso médico, a fim de instaurar uma nova divisão entre a norma e o desvio no momento em que o ideal do patriarcado desmoronava (FOUCAULT, 2009).

Foi a partir de Freud (1905) que a noção de sexualidade foi entendida como uma disposição psíquica universal e desarraigada de seu fundamento biológico, anatômico e genital, para fazer dela a própria essência da atividade humana.

Para Figueiró (2006) a sexualidade compreende:

[...] uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem a negação de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma ‘parte’ do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (FIGUEIRÓ, 2006, p. 48).

A educação sexual pode trazer diversas contribuições para a realidade escolar brasileira, permitindo a desconstrução de dogmas, tabus e estereótipos arraigados na formação humana, colaborando, também, para uma cultura de paz na escola.

A educação sexual não é uma preocupação recente. O percurso de sua história é repleto de datas marcantes. Estudiosos apontam que o surgimento da educação sexual ocorreu no século XVIII, na França, com o principal objetivo de reprimir qualquer forma e/ou manifestação da sexualidade infantil, considerando-a como um perigo (SAYÃO, 1997).

No século XIX, a educação sexual estava voltada para o combate da masturbação, prevenção de doenças venéreas e diminuição de abortos clandestinos. No século XX, dedicou-se ao conhecimento da reprodução humana. Assim, considera-se a França como o berço das

discussões sobre a sexualidade humana. Porém, a primeira atividade de educação sexual sistematizada na escola ocorreu na Suécia (SAYÃO, 1997).

No Brasil, as primeiras discussões sobre a educação sexual iniciaram-se na década de 1920, com um discurso influenciado pelo movimento higienista e por profissionais da área médica, os quais estavam preocupados com a reprodução da espécie e com a anulação das perversões morais (masturbação) e psicoses sexuais, sem levar em conta o real conceito de sexualidade e individualidade do ser humano (BRUSCHINI; BARROSO, 1986). A preocupação se direcionava, portanto, mais para as questões de saúde pública, isto é, profilaxia de doenças.

Nesta época, cabia às mulheres a submissão ao marido e à religião, sendo o sexo apenas para a reprodução na família. O sexo não podia ser relacionado ao desejo e ao prazer e, quando relacionado, as mulheres eram consideradas prostitutas e responsáveis pela disseminação de doenças venéreas. Os homens que adquiriam a “doença dos bordéis” eram apontados como infiéis e normatizados pela classe médica, que se posicionou também em relação à homossexualidade como uma patologia que deveria ser tratada e à masturbação como objeto de pesquisa, pois consideravam-na responsável por enfermidades terríveis entre as mulheres (CAMILO, 2019).

A primeira iniciativa a incluir, de fato, a educação sexual no currículo escolar brasileiro aconteceu em 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro. A experiência perdurou até 1954, ano no qual o professor responsável foi processado e demitido de seu cargo (FIGUEIRÓ, 1998).

A década de 1950 foi marcada pelo predomínio da Igreja Católica no sistema educacional brasileiro. Com seu discurso moralista e autoritarista, esta instituição se constituiu como um dos freios mais poderosos para que a educação sexual não penetrasse nas escolas, instaurando um período de regresso nas discussões desta temática. O sistema de ensino nacional era repressivo e não permitia a veiculação de informações sobre sexualidade humana (ROSEMBERG, 1985).

Antes da década de 1960, as discussões sobre a sexualidade no Brasil se baseavam em autores europeus, direcionado as especificidades raciais do povo brasileiro ao caboclo, baseando-se no higienismo e na eugenia, focados na pureza moral e cívica de uma sociedade brasileira em “regeneração” física e comportamental com indivíduos mentalmente saudáveis em suas atitudes (CAMILO, 2019).

Já na década de 1960, houve uma tentativa de avanço nas discussões sobre educação sexual com um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados pela deputada Júlia Steimburck, do Rio de Janeiro, propondo a implantação obrigatória da educação sexual nas

escolas do país em todos os anos escolares. Entretanto, tal projeto foi rejeitado (SAYÃO, 1997; FIGUEIRÓ, 1998).

Nessa época, o contexto puritanista, autoritário e repressivo interferiram diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos, limitando os assuntos que poderiam e deveriam ser debatidos. O assunto passou a ser considerado um tabu, e aqueles educadores que ainda entendiam sua relevância passaram a obedecer ao sistema temendo represálias. Livros e outras mídias contendo informações sobre educação sexual e sexualidade foram retirados de circulação.

Em 1971, a Lei nº. 5.692/1971 altera as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e torna obrigatória a inclusão de Programas de Saúde no currículo escolar, favorecendo que as escolas passassem a tratar de questões ligadas à sexualidade humana, o que não era oficialmente permitido (MEYER, 2017). Movimentos feministas também foram importantes para a garantia das discussões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Apesar da época ainda repressiva, na década de 1980, vários projetos tiveram destaques no que se refere à implementação da educação sexual no contexto escolar. Estudiosos e pesquisadores da temática voltaram a discutir, debater e escrever sobre a sexualidade tanto para jovens, como para crianças e adultos. Debates e publicações, com a preocupação sobre a gravidez precoce e contaminação da AIDS, vieram a contribuir para que passasse a haver, por parte de pais, educadores e da sociedade em geral, um maior interesse na educação sexual das crianças e dos jovens e, ainda, como a escola atuaria nesta tarefa (FIGUEIRÓ, 1998).

Nesse contexto, a proposta de inclusão da educação sexual nas escolas de todo o país é retomada com grande intensidade a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cujo caderno sobre “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” apresenta a política do governo federal para a área. O documento introdutório aponta que a proposta para a orientação sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas. (BRASIL, 1998).

Os PCN, através da Lei de Diretrizes e Bases, com objetivo de orientar as escolas em relação às novas propostas pedagógicas e às suas práticas, trazem a inclusão obrigatória dos temas transversais no currículo educacional para a formação pessoal e social. Os temas transversais são compreendidos em todas as disciplinas, como português e história, levando ao saber e ao educar informações sobre a cidadania e possibilitando, dessa forma, que possam ser desenvolvidas ações que fomentem o exercício da compreensão acerca da sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade (CAMILO, 2019).

Discutir sexualidade no cotidiano escolar configura-se como um processo de construção de uma educação multicultural. Somente um currículo multicultural, que considere a diversidade sociocultural na constituição da cultura escolar e da produção do saber científico no processo de ensino e aprendizagem possibilitará a desconstrução do caráter homogeneizador, fragmentador e reducionista da prática escolar, favorecendo uma educação antidiscriminatória, portanto libertadora ou emancipatória, nos parâmetros de Freire (2011).

Embora os PCN autorizem e reafirmem o dever da escola de proporcionar a reflexão de temas de sexualidade em sala de aula, a não obrigatoriedade da educação sexual associada à tendência ao conservadorismo e à resistência a mudanças demonstrou que projetos de educação sexual tem se resumido apenas a experiências esporádicas (LÜDKE, 2000).

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2001 e vigorado até 2010, trouxe diretrizes para a formação contínua de professores relacionada às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, educação sexual, ética e saúde. Porém, as metas não foram totalmente contempladas. O novo PNE, aprovado em 2014 para ser vigorado até 2024, nega as múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade e a perspectiva de uma educação inclusiva pautada nos Direitos Humanos (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Atualmente, é possível identificar discursos negativos e pouco incentivadores da temática, representando um retrocesso para a educação brasileira. O movimento Escola sem Partido, atuante desde 2004, organiza projetos com o objetivo de impedir o que chamam de doutrinação política e ideológica por parte dos professores, solicitando a exclusão dos termos “orientação sexual” e “gênero” do PNE e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, aprovada em 2017, foi alvo de intensos debates e recebeu inúmeras críticas sobre o processo de construção do texto a respeito da diversidade, justamente por retirar da versão final os termos acima citados. A temática sobre a educação sexual passa a ser abordada apenas nos anos finais do Ensino Fundamental, com discussões pautadas na reprodução e sexualidade humana. A supressão destes termos dos chamados temas integradores do novo documento representa um retrocesso na educação brasileira (FERNANDES; LORENZETTI, 2019).

Nesse cenário de retrocessos é necessário esclarecer que a educação sexual é muito mais abrangente do que demonstram as concepções banalizadoras de senso comum. Conforme apontado no estudo de Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), na Europa, a educação sexual nos currículos das escolas já existe há mais de meio século. Na América do Sul, a Argentina e Uruguai são exemplos de investimento nesta questão, fomentando-as através de apontamentos,

em seus documentos oficiais, sobre a orientação sexual, prevenção da violência de gênero, igualdade de tratamento e a não discriminação por qualquer condição ou circunstância sexual, pessoal ou social (LÓPEZ, 2015; BENEDET; GÓMEZ, 2015).

Assim, modificações no atual cenário das propostas curriculares no Brasil devem ser debatidas, permitindo a temática da educação sexual nos documentos oficiais para que seja possível caminhar rumo a uma educação que possa formar cidadãos responsáveis, livres de preconceitos e tabus e que saibam, sobretudo, respeitar as diferenças.

Conforme apontam Saito e Leal (2000), torna-se cada vez mais clara a importância da educação sexual na prevenção de fatores de risco associados ao desconhecimento da temática e, para que aconteça de forma eficiente, todos os segmentos da sociedade devem ser convocados a participarem das discussões, uma vez que é responsabilidade da sociedade no geral prevenir e/ou notificar qualquer fator que coloque a criança ou o adolescente em situação de risco pessoal e/ou social.

De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, elaborado em 2013, uma das estratégias de cuidado adotada é a proteção como meio de evitação, ou seja, assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação e sensibilização possibilitam que crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua autodefesa, enfatizando a escola como o local mais apropriado (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) destaca a educação sexual como ferramenta de prevenção primária da violência sexual, podendo ser classificada também como prevenção secundária ao possibilitar que o educador, por meio das intervenções didático-pedagógicas, consiga detectar comportamentos atípicos na vivência infantil que podem sugerir que a violência já esteja acontecendo (ABRAPIA, 2002).

De acordo com o manual supracitado, a educação sexual precoce é a forma de desenvolver conceitos importantes de proteção, já que o abuso acontece em todas as faixas etárias. Evidencia, ainda, que a informação em assuntos sobre o corpo e a sexualidade torna a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com competência e habilidade para se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo este tipo de violência. É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com pais e educadores abertamente, tendo uma fonte de proteção contra os eventuais perigos (MEYER, 2017).

A proposta da educação sexual deve conter liberdade, responsabilidade e compromisso, fazendo com que a informação funcione como instrumento para que alunos, de quaisquer que sejam os sexos, possam ponderar decisões e fazer escolhas adequadas. Há um equívoco claro em considerar que ensinar conceitos relacionados à sexualidade é estimular a prática do sexo. O que se pretende são práticas formativas e educativas, no sentido de conscientizar e sensibilizar para cuidados com a saúde física e mental. Trata-se de uma educação voltada mais para o ser do que para o ter e o fazer (MARTÍN, 2005).

Não se podem delegar todas as responsabilidades à educação, mas, sem dúvida, o valor de suas contribuições tais como ensinar, ouvir, observar e dar atenção às palavras escritas, desenhos e ou às verbalizações para conhecer e entender as realidades dos alunos, são atitudes que fazem toda a diferença no que se refere às evidências de que uma criança ou adolescente sofre violência sexual (IBIAPINA; ROCHA, 2013).

Abordar este tema na escola não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa, pois auxilia crianças e adolescentes na apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene (ALTMANN, 2003).

A comunidade escolar é, sobretudo, um espaço de prevenção e de promoção da cultura de paz. Ela possui todos os pressupostos conceituais, jurídicos e legais para se tornar um dos parceiros principais na identificação, na notificação e no acompanhamento de casos de violência sexual, conforme consta nos artigos 13, 56 e 245 do ECA. Seu papel também está amparado pela Lei nº. 11.525/2007, que acrescenta ao artigo 32 da Lei nº. 9.394/1996 a inclusão, obrigatória, de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no ensino fundamental, observada a produção e distribuição de material didático adequado (BRASIL, 2007b).

Assim, a escola é eleita como peça fundamental na rede de proteção. Porém, é necessário que os profissionais da educação sejam preparados durante sua formação para identificar, atender e encaminhar, corretamente, situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, atuando de forma integrada à rede de proteção social:

[...] é preciso que a comunidade escolar esteja preparada para lidar com os casos de violência e – em parceria com os demais atores das Redes de Proteção Integral – participar dos processos de notificação e acompanhamento. Também é imprescindível capacitar gestores, professores e demais profissionais de educação a fim de fortalecê-los para lidar com situações e assuntos – na maioria das vezes, dolorosos, constrangedores e, em certos casos, ameaçadores – que, por muito tempo, foram silenciados e negligenciados pela sociedade (BRASIL, 2007c, p. 09).

Sarmento *et al.* (2018) inferem que, durante o ensino da educação sexual, o docente deve trabalhar com a prática do diálogo, sem julgamentos para que os alunos se sintam acolhidos em uma relação de respeito e confiança. No entanto, é necessário que os docentes estejam preparados e seguros para essa abordagem. Brito (2011) denuncia o despreparo de alguns profissionais que saem das universidades e ingressam no trabalho com crianças e adolescentes em situação de suspeita e/ou confirmação de violência sexual. Frente ao despreparo desses profissionais, as intervenções podem ser violentas, invasivas e ainda mais traumáticas para a vítima.

O Guia Escolar “Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” retrata que, entre os desafios do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, está a necessidade de uma formação inicial e continuada em educação sexual para os professores e gestores das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Os professores precisam de um processo de capacitação continuado para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar e para preencher uma lacuna na formação acadêmica.

Nesse sentido, entende-se por formação continuada as ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente (LIBÂNEO, 2001). Souza *et al.* (2010), afirmam que uma formação continuada para professores do Ensino Básico para a educação sexual potencializa o método de ação como uma ferramenta para desenvolver a autonomia e o empoderamento dos sujeitos.

A revisão sistemática da literatura sobre educação sexual em escolas brasileiras constatou a necessidade de avançar o debate e investir em capacitação docente com vistas a transformar padrões sexuais discriminatórios e promover uma cultura de prevenção em saúde no ambiente escolar (FURLANETTO; LAUERMANN; COSTA; MARIN, 2018). Corroborando com este apontamento, a pesquisa de Spaziani e Maia (2015) também ressaltou a necessidade da inserção desse tema na formação inicial e continuada dos/as professores/as, para que se reconheçam como protagonistas na prevenção da violência sexual infantil.

O estudo realizado por Paes, Favorito e Gonçalves (2015), sobre a educação sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental de instituições de ensino público de Pires do Rio – GO, apontou como principais fatores que dificultam a educação sexual o preconceito presente no seio das famílias, a falta de conhecimentos e formação específica para falar sobre a temática e a imaturidade dos alunos devido à pouca idade.

Zerbinati e Bruns (2017) valorizam a necessidade de formação continuada para docentes em educação sexual, pois esta possibilitará um ensino dos temas de sexualidade com um viés multidisciplinar e que atenda às necessidades da realidade dos estudantes, além de garantir acesso a um conhecimento seguro.

Para Da Silva (2018), a formação de professores deve ocorrer com base na perspectiva crítica emancipatória. A autora aponta que a educação escolar é considerada um meio de luta (transitório) para o sujeito na busca da emancipação humana, que envolve para o seu alcance efetivo a revolução social. Por isso, uma perspectiva emancipadora (na ação de) da formação de professores, ao desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia dos sujeitos, envolve a estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade.

Trabalhar com conceito de formação crítica emancipadora se refere desenvolver o par dialético da crítica e da transformação do real. Ou seja, requer uma ação pedagógica que toma a possibilidade da educação como artífice na construção da consciência crítica, capaz de se apropriar da análise objetiva da realidade para impulsionar as ações humanas em busca da liberdade humana (MARX, 2010 apud DA SILVA, 2018).

Assim, considerando os altos índices apresentados de violência sexual contra crianças e adolescentes e as lacunas na formação docente para lidar com a temática da educação sexual escolar, o presente estudo buscou investigar como a equipe gestora e os professores das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da rede pública do município de Pires do Rio – GO têm trabalhado a educação sexual com seus alunos.

A presente pesquisa, portanto, no que se refere ao espaço escolar e aos profissionais que trabalham nas escolas (equipe gestora e professores), traz uma contribuição significativa, uma vez que fundamentada na literatura revisada e aponta, igualmente, a necessidade de discussões e capacitação profissional em educação sexual para lidar com a violência sexual dos alunos no espaço escolar.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como a rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO tem trabalhado a educação sexual com seus alunos e desenvolver um produto educacional que promova maior conhecimento do assunto entre os gestores da educação básica na cidade.

#### **3.2 Objetivos específicos**

Para a concretização do estudo, foi necessário percorrer alguns objetivos específicos:

- a) Caracterizar as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pires do Rio – GO;
- b) Investigar as possíveis dificuldades da rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO em trabalhar a educação sexual com os alunos;
- c) Desenvolver e apresentar um produto educacional que possa auxiliar a escola a trabalhar a educação sexual na prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes;

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolver o caminho metodológico de uma pesquisa é preciso, a priori, compreender o que é uma pesquisa científica, por que e para que se pesquisa. Nessa perspectiva, Gil (1999) conceitua pesquisa como:

procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (...). A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 1999, p. 45).

A partir desta formulação e da revisão da literatura sobre a temática da educação sexual, a pesquisa intitulada “Educação sexual e formação de professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” tem como principal objetivo responder ao seguinte problema: como a rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO têm trabalhado a educação sexual com seus alunos?

Essa demanda surgiu a partir de (re)construções teóricas e práticas, levantadas por meio de revisão bibliográfica e levantamento da literatura, que apontam que a educação sexual realizada dentro do espaço escolar é de extrema importância para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para efetivação do estudo, a investigação qualitativa foi eleita como metodologia a ser adotada, uma vez que, para alcançar o objetivo proposto, é necessário conhecer os significados, as dificuldades, as dúvidas dos participantes envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, o enfoque qualitativo é aquele que permite focar o que as pessoas vivenciam e a forma como estas interpretam suas vivências. Assim, a escolha de um estudo de natureza qualitativa se apresenta como o mais adequado, pois se aprofunda no mundo dos significados das ações e das relações humanas (MINAYO, 2001a).

Moreira (2003), em seu texto “Pesquisa em Ensino: Aspectos Metodológicos”, esclarece que o uso acentuado da investigação qualitativa na pesquisa em ensino é um movimento atual, iniciado há pouco mais de duas décadas. O autor aponta que na pesquisa qualitativa a realidade é socialmente construída, sendo que a verdade é questão de concordância em um contexto. Este tipo de pesquisa focaliza os significados e experiências dos atores envolvidos, procuram a explicação interpretativa e usam técnicas que permitem ao pesquisador ficar imerso no fenômeno de interesse, anotando, ouvindo, observando, registrando (com detalhe) os significados a serem interpretados.

Ainda para Moreira (2003), as pesquisas em ensino (área do programa de mestrado cursado), de modo bem abrangente, procuram responder questões sobre os fenômenos de interesse relacionados ao ato de ensinar, à aprendizagem, ao currículo, ao contexto e à avaliação. A partir do esquema “V” epistemológico de Gowin (1981), representado na Figura 1, Moreira (2003) nos leva a refletir sobre o passo a passo do delineamento de uma pesquisa científica, propondo que existe uma constante interação entre o pensar – domínios conceituais – (lado esquerdo do “V”) e o fazer – domínios metodológicos – (lado direito do “V”) e, a partir desta interação, pode-se chegar a novos conceitos ou à reformulação de conceitos já existentes (GOWIN, 1981 *apud* MOREIRA, 2003).

**Figura 1 - O “V” epistemológico de Gowin (1981)**



Figura 1: O Vê epistemológico de Gowin mostrando os elementos conceituais e metodológicos que interagem na pesquisa (adaptado de Gowin, 1981).

**Fonte:** MOREIRA, 2003, p. 04.

Assim, a referida pesquisa de investigação qualitativa em educação sexual foi composta de três etapas principais:

- 1) Caracterização das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pires do Rio – GO, visando conhecer a realidade dos casos de violência sexual no cenário do estudo;
- 2) Investigação das possíveis dificuldades da rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO em trabalhar a educação sexual com os alunos;

- 3) Desenvolvimento e apresentação de um produto educacional voltado à temática da educação sexual como forma prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Todas as etapas da pesquisa foram realizadas na cidade de Pires do Rio – GO, situada na mesorregião do Sul Goiano, com estimativa de 31.458 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFGoiano, conforme Parecer Consubstanciado de n°. 4.379.122 (Anexo A).

#### **4.1 Instrumentos de coleta de dados**

A primeira etapa consistiu em uma pesquisa documental a partir dos Registros Mensais de Atendimentos (RMA) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de Pires do Rio – GO, com o objetivo de levantar o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acolhidos nesta unidade, analisando, principalmente, o perfil da vítima e levando em consideração sexo, idade, escolaridade, estrutura familiar e grau de proximidade com o agressor (a).

Cabe ressaltar que, diferente da pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos, a pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

A segunda etapa da pesquisa consistiu na investigação de possíveis dificuldades da rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO em trabalhar as ações voltadas para a educação sexual em seu cotidiano com os alunos. A amostra foi composta por aproximadamente 28 participantes, tendo como requisito sua atuação frente à gestão das escolas públicas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da cidade de Pires do Rio – GO e, ainda, os professores de uma única escola que contém turmas do Maternal ao 5º ano do Ensino Fundamental I, localizada em uma região periférica e considerada de alta vulnerabilidade social pela Assistência Social local.

Entende-se por equipe gestora os diretores e coordenadores de uma unidade escolar (LIBÂNEO, 2001). A escolha por esse público partiu da condição de que este grupo faz parte dos funcionários efetivos da educação básica do município de Pires do Rio – GO e assumem

posições/funções de multiplicadores de conhecimento, auxiliando docentes, pais e alunos quanto ao processo de ensino-aprendizagem, além de diversas outras questões que circulam dentro do ambiente escolar.

Além disso, a amostra abrangerá gestores de todas as escolas públicas municipais de primeira fase, que atende crianças entre a faixa etária de 4 aos 11 anos, sendo possível transmitir e multiplicar o conhecimento à aproximadamente 2.300 famílias<sup>1</sup>.

É importante considerar o apontamento da literatura sobre necessidade de pesquisas no âmbito da educação sexual nos anos iniciais da escolarização (FERNANDES; LORENZETTI, 2019), pois esta é a base da formação do sujeito, sendo possível conscientizá-los e evitar que sofram violência nas fases de desenvolvimento posteriores.

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Pires do Rio – GO, os participantes da amostra foram contatados, recrutados e subdivididos em três grupos: Grupo 1 – Diretores; Grupo 2 – Coordenadores e Grupo 3 – Professores. Optou-se por fazer a divisão da equipe gestora em dois grupos para fins das análises e discussões posteriores.

Aos três grupos foram fornecidas as informações, em linguagem clara e acessível, acerca das condições de realização da pesquisa, esclarecendo sobre os possíveis riscos e as diferentes etapas do estudo para que a partir do exposto pudessem tomar a decisão de participar de forma voluntária e sem nenhuma gratificação.

Foi concedido tempo adequado para que o convidado a participar da pesquisa pudesse refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que pudessem ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Aqueles que se recusaram a participar foram imediatamente excluídos da amostra. Para aqueles que demonstraram interesse, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para conhecimento e assinatura (em duas vias), conforme seu interesse e disponibilidade em participar.

Todas as dúvidas apresentadas foram sanadas ao longo da pesquisa, tanto via plataformas de comunicação ou por meio de agendamentos presenciais nas próprias unidades escolares.

Após consentimento de sua participação e assinatura do TCLE, foi aplicado um questionário aos participantes com o objetivo de investigar as possíveis dificuldades da rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO em trabalhar as ações voltadas para a educação sexual em seu cotidiano com os alunos.

---

<sup>1</sup> Número de alunos matriculados na Iª fase de escolarização da rede pública municipal de ensino de Pires do Rio – GO.

Segundo Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número considerável de questões apresentadas por escrito às pessoas, cujo objetivo é o de conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros.

Assim, o questionário foi escolhido como a principal técnica a ser utilizada neste estudo, por se tratar de um instrumento flexível para a coleta de dados que permite uma interação entre o pesquisador e os participantes, oferecendo maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas e reações, podendo o participante ser observado naquilo que diz e como diz (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O questionário foi utilizado por ser, também, um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas pelo informante. O intento dos pesquisadores foi levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas relacionadas à temática e ao contexto profissional individual.

A linguagem utilizada no questionário foi simples e direta para que os participantes compreendessem com clareza o que estava sendo perguntado (GEHARDT; SILVEIRA, 2009). O instrumento, portanto, foi composto por duas partes: uma sobre o perfil do participante (idade, sexo, estado civil, número de filhos, religião, ano de formação, função e tempo de atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental I) e, em sua segunda parte, com perguntas objetivas e descritivas que envolvem a temática.

Para a elaboração da segunda parte do questionário, considerou-se a hipótese levantada pela literatura de que não há um trabalho efetivo sobre a educação sexual no contexto escolar. As perguntas, portanto, levaram em consideração o grau de importância e/ou necessidade que o participante aplica em trabalhar a temática da educação sexual com seus alunos; sua familiaridade com as diretrizes estabelecidas pelos PCN e pela BNCC sobre o tema; sua disponibilidade, preparo, dificuldade e motivação para lidar com o assunto; bem como do seu interesse em um curso de formação continuada que leve a reflexões sobre a temática apresentada.

## **4.2 Análise de dados**

Os dados que advém das pesquisas de abordagem qualitativa precisam ser analisados de forma diferente dos dados provenientes de estudos de abordagem quantitativa, que se valem de

softwares estatísticos, testes de hipóteses, estatística descritiva e multivariada (SILVA; FOSSÁ, 2015). Desse modo, os resultados que foram obtidos por meio da aplicação dos questionários e da pesquisa documental foram analisados, discutidos e confrontados a partir do enfoque qualitativo, levando em consideração as revisões bibliográficas e levantamento da literatura sobre a temática.

Assim, para a análise e interpretação destes dados, foi adotada a proposta da Análise de Conteúdo de Bardin (2006), definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais).

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações que irá avaliar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Tal metodologia consiste em caracterizar o material coletado buscando classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA; FOSSÁ, 2015). Essa é uma técnica que tem conquistado grande desenvolvimento, sendo amplamente difundida e empregada, estruturada a partir de três polos e/ou etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Silva e Fossá (2015) sintetizaram o método de análise de conteúdo nas seguintes fases:

1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos); 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral; 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico; 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza); 6) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; 7) agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais); 8) inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 04).

Assim, torna-se importante ressaltar que para fins dessa pesquisa adotou-se a sequência de passos, para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin (2006).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes em Pires do Rio – GO

O estudo a partir dos Registros Mensais de Atendimentos (RMA) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), utilizou-se dos procedimentos metodológicos da pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada nas dependências do CREAS, sendo este uma das unidades implantadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que compõe a rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade, composta por profissionais qualificados em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Direito, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (BRASIL, 2011).

Inicialmente, os documentos analisados foram os dados registrados nos itens C.2 e C.3 do RMA do CREAS, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2019. Tais itens, assinalados de vermelho conforme a Tabela 1, retratam, por faixa etária, a quantidade de crianças e adolescentes possivelmente vítimas de violência sexual (abuso e/ou exploração) acolhidas mensalmente.

**Tabela 1** - Itens C.2 e C.3 do RMA

<b>C. Crianças ou adolescentes em situação de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência</b>	<b>Total</b>	<b>Sexo</b>	<b>0 a 6 anos</b>	<b>7 a 12 anos</b>	<b>13 a 17 anos</b>
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)		Masculino			
		Feminino			
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual		Masculino			
		Feminino			
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual		Masculino			
		Feminino			
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono		Masculino			
		Feminino			

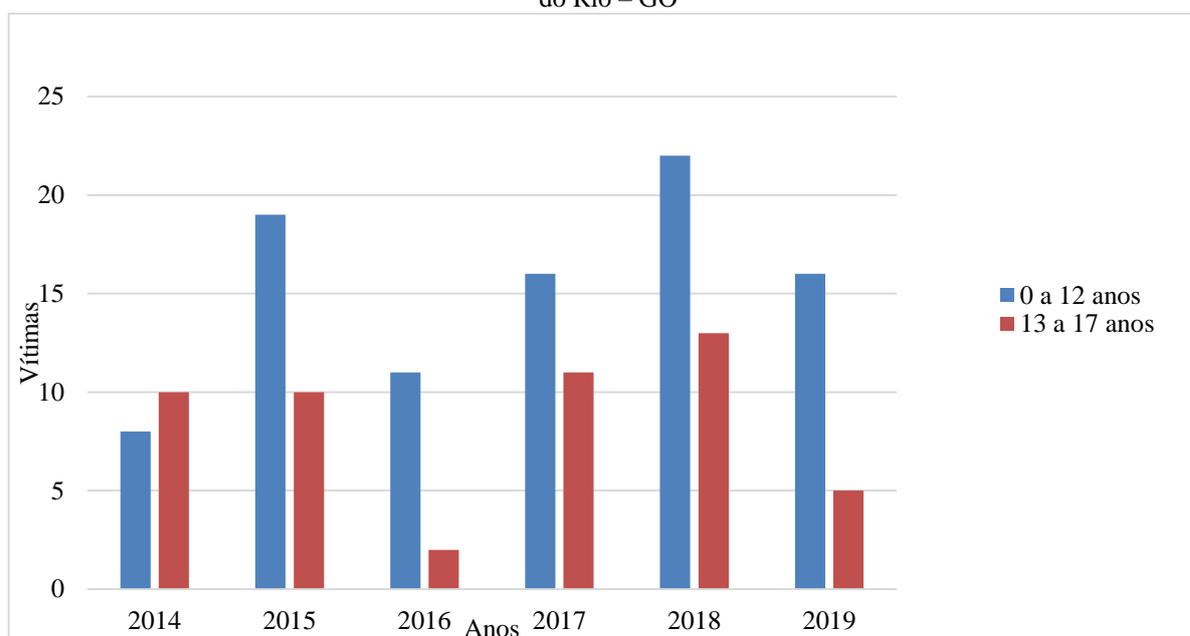
Fonte: BRASIL, 2018c, p. 08.

O RMA é um sistema em que são registradas as informações referentes aos serviços realizados nas unidades do CREAS, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), tendo

como objetivo uniformizar essas informações em âmbito nacional e, dessa forma, proporcionar dados qualificados que contribuam para o desenvolvimento do SUAS (BRASIL, 2018c).

A partir dos dados do RMA, foi realizado um levantamento de natureza quantitativa dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acolhidos na unidade do CREAS de Pires do Rio – GO no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2019, sendo notificados na unidade um total de 143 casos de possível violência sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com o Gráfico 1 é possível perceber que apenas em 2014 predominou-se vítimas com idade entre 13 e 17 anos. Nos outros cinco anos, as vítimas, em sua maioria, tinham entre 0 e 12 anos. Pode-se afirmar que as crianças estão mais vulneráveis do que os adolescentes na cidade em estudo.

**Gráfico 1** - Número total de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual registrados no CREAS de Pires do Rio – GO



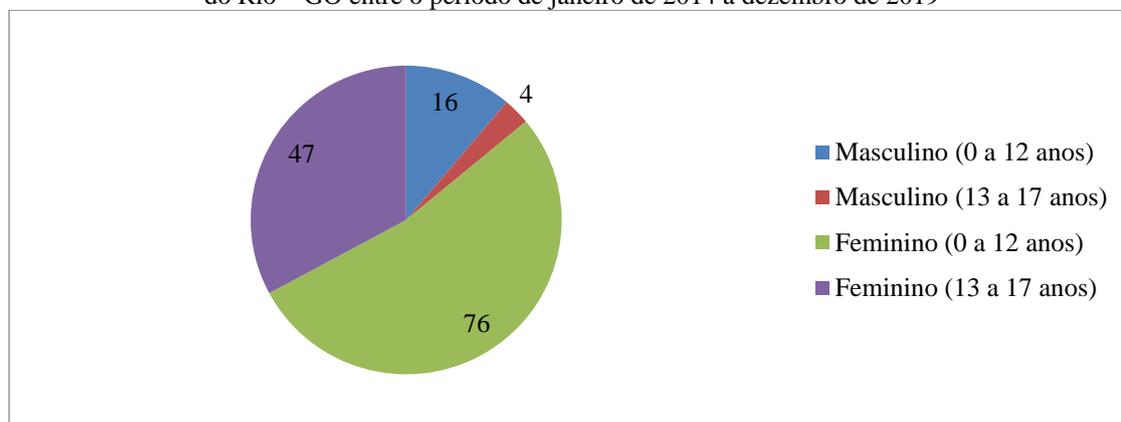
Fonte: Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Quando se verifica o perfil dessas 143 vítimas, é possível perceber que a maioria é do sexo feminino, correspondendo a 123 casos (86,01%), sendo que em 76 destes casos (53,14%) as vítimas têm entre 0 e 12 anos de idade. Já as vítimas do sexo masculino somam 20 casos (13,98%), sendo 16 casos (11,18%) de crianças entre 0 a 12 anos dos casos totais de vítimas atendidas pelo CREAS de Pires do Rio – GO. Realizando a somatória por faixa etária, crianças (meninos e meninas) de 0 a 12 anos, somam-se 92 (64,32%) das vítimas (Gráfico 2).

Estes números são próximos do cenário nacional apresentado pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2011 a 2017, em que 84,9% das vítimas violentadas sexualmente são do sexo feminino e 15,1% são do sexo masculino (BRASIL, 2018b), sendo

possível perceber que a maioria das vítimas no Brasil e na cidade de Pires do Rio – GO são crianças de 0 a 12 anos do sexo feminino.

**Gráfico 2** - Quantidade de vítimas de violência sexual, por sexo e faixa etária, notificadas no CREAS de Pires do Rio – GO entre o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2019



**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Cabe destacar que, no ano de 2017, o RMA sofreu alterações em relação à categorização da idade. Aqui, porém, leva-se em consideração as definições apontadas pela Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre pelo ECA, e determina que criança é a pessoa com até 12 anos incompletos, sendo o adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos.

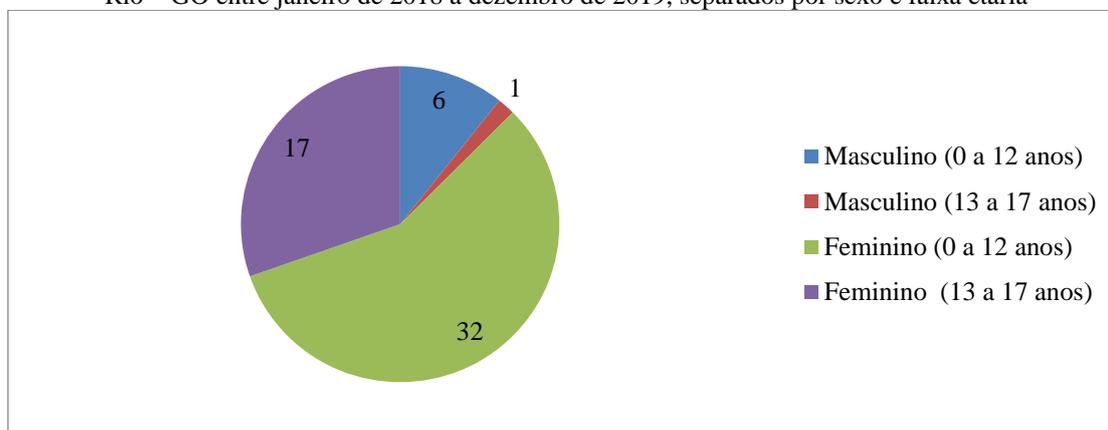
Como o RMA não traz informações precisas sobre a escolaridade da vítima, bem como as características do suposto agressor, foi necessário recorrer aos prontuários das vítimas de violência sexual. O prontuário é uma ferramenta que auxilia o trabalho dos profissionais dos CRAS, CREAS e Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no registro dos atendimentos realizados às famílias e indivíduos, e que permite qualificar o atendimento social e analisar de forma sistematizada as informações sobre o território e a população atendida (BRASIL, 2014).

Os prontuários são documentos sigilosos, podendo suas informações serem compartilhadas, de maneira ética, com as equipes da rede de proteção e com o próprio usuário do serviço (BRASIL, 2014). Todas as características divulgadas nesse estudo passaram por uma avaliação técnica da equipe do CREAS, garantindo o sigilo ético dos profissionais envolvidos.

Tendo em vista a necessidade da preservação das responsabilidades éticas dos profissionais envolvidos no trabalho do SUAS, os prontuários selecionados para a análise foram aqueles notificados entre o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019. Considerando este período, foram notificados 56 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na unidade do CREAS, dos quais 7 casos (12,5%) correspondem ao sexo masculino e 49 casos

(87,5%) ao sexo feminino. Conforme o Gráfico 3, a maior incidência continua sendo entre as crianças do sexo feminino, com predominância na faixa etária do 0 aos 12 anos.

**Gráfico 3** - Total de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, separados por sexo e faixa etária



**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Os dados analisados pela pesquisa apresentam comportamento semelhante ao levantamento realizado por Silva (2020), em que 86% das vítimas violência sexual do Estado de Amazonas são meninas e 14% são meninos. Os autores afirmam que a questão de gênero é muito evidente na violência sexual, uma vez que a mulher parece assumir, culturalmente e socialmente, um papel de submissão ao homem.

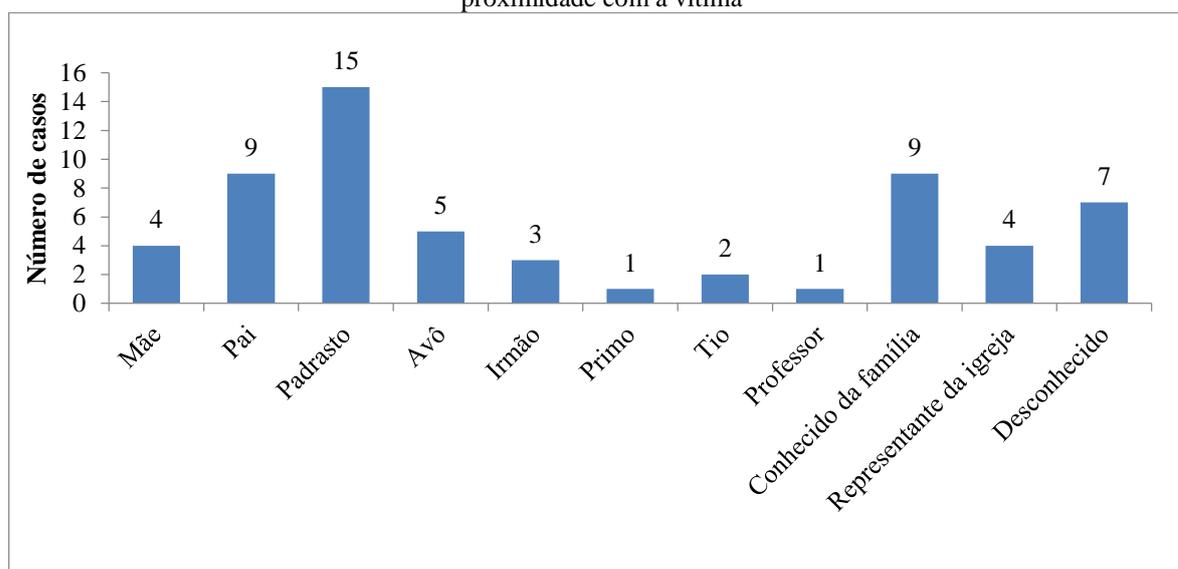
Também neste sentido, Moreira et al. (2017) diz que a predominância do sexo feminino entre as vítimas se justifica, principalmente, pelas relações de gênero inscritas na sociedade, fruto de uma cultura machista e patriarcal na qual o homem é considerado aquele que detém o poder e a posse sobre o corpo da mulher, revelando, portanto, as desigualdades e dominação dos sexos nos diversos cenários e faixas etárias.

Este tipo de comportamento cultural nos leva também a refletir sobre o perfil dos possíveis agressores da violência sexual contra crianças e adolescentes, que em sua grande maioria pertencem ao sexo masculino e, geralmente, são pessoas do relacionamento próximo da vítima. Dos 56 casos notificados entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, 35 (62,5%) aconteceram na própria família, concedendo à violência sexual um caráter intrafamiliar.

O Gráfico 4 aponta que em 49 (87,5%) dos casos ocorridos e registrados no CREAS, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, o suposto agressor (a) possui vínculo afetivo e de confiança com a vítima, sendo a maioria do sexo masculino, referindo-se ao pai, padrasto, irmão, primo, avô, tio, professor, representante da igreja e/ou conhecidos da família. Ressalta-se que o agressor também pode ser do sexo feminino, como a mãe das vítimas, por exemplo, que podem ser coniventes com a situação de violência.

Cabe apontar que o número de agressores (n=60) neste estudo é maior que o número de vítimas, pois algumas das crianças e/ou adolescentes foram revitimizadas, sendo a maioria entre a faixa etária do 0 aos 12 anos de idade. Por isso, faz-se necessária a atuação em rede, envolvendo múltiplas portas de entrada ao atendimento de crianças e adolescentes, evitando novas revitimizações (BRASIL, 2018d).

**Gráfico 4** - Possíveis agressores (as) / autores (as) da violência sexual contra crianças e adolescentes notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, separados por grau de parentesco e proximidade com a vítima



Fonte: Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Os casos revelam que os possíveis agressores têm algum laço familiar com a vítima ou pertencem à própria família. Uma vez que a família seria a primeira instância de cuidado e proteção, quando uma situação de violência intrafamiliar ocorre contra a criança ou o adolescente, os papéis de vínculo e proteção ficam corrompidos. As vítimas passam a ter dificuldades em diferenciar a agressividade das demonstrações de afeto e naturaliza o seu lugar de submissa (VAGLIATI, 2014).

Conforme apontam Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), a reação da família frente à revelação da vítima é um importante fator para processo de ressignificação da vítima, podendo fortalecê-la, demonstrando credibilidade ao relato da criança, ou torná-la ainda mais vulnerável, caso a reação seja negativa.

Dos casos analisados, levando em consideração a proximidade dos possíveis agressores com a vítima, concluiu-se que a maior parte das famílias sofrem com a ausência de definição de papéis de proteção, cuidado e responsabilidade entre seus membros e, ainda, baixa afetividade e comunicação entre os mesmos.

Das 56 notificações, ocorridas entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, 39 (69,64%) das famílias classificam-se como baixa renda, sobrevivendo com menos de um salário-mínimo mensal ou apenas de algum benefício socioassistencial, como o Bolsa Família. Essas informações retratam bem o cenário brasileiro, evidenciando que a maior parte de sua população ainda vive em condições de miséria e vulnerabilidade social. Porém, destaca-se que a violência sexual atinge crianças e adolescentes de todas as classes sociais (BRASIL, 2018d).

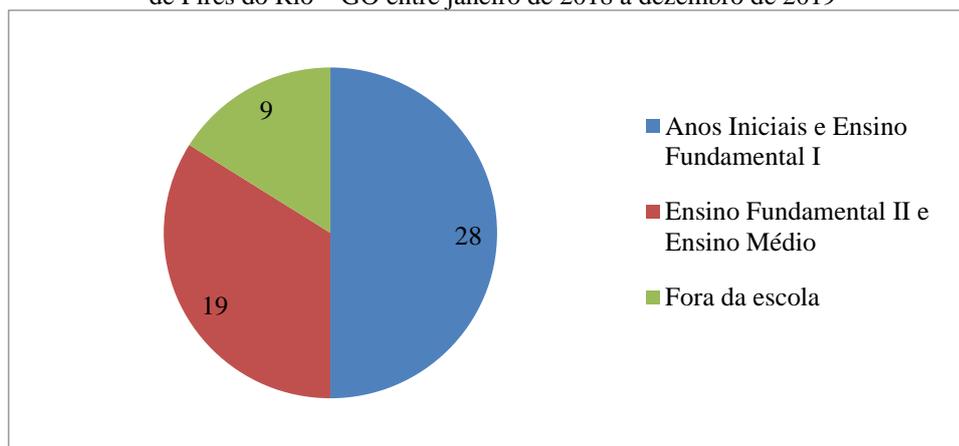
Foi verificado que 22 (40,9%) famílias possuem algum membro que faz ou fez uso abusivo de álcool e outras drogas, sendo grande parte deste público os possíveis agressores. Além do contexto de violência sexual, é possível constatar outras violações no seio familiar, como violência física, psicológica e moral. Cabe destacar que estes foram dados fornecidos pela vítima ou por suas famílias e, portanto, pode haver a manipulação das informações em questão de omissões.

Não há informações concretas sobre os casos que foram julgados e punidos perante a justiça. O próprio sistema de segurança pública é quem emite tais informações e, muitas vezes, os processos correm sobre segredo de justiça. Os juristas dos tribunais ainda desconsideram que o abuso sexual pode não deixar evidências físicas e, diante da falta de preparo dos profissionais envolvidos, a maioria das vítimas permanecem convivendo ou tendo algum tipo de contato com seu agressor (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005).

Outro fator relevante é que, dos 56 casos notificados entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019 na unidade do CREAS, 29 (51,78%) chegaram ao conhecimento da equipe multiprofissional por meio de encaminhamentos do Conselho Tutelar; 7 (12,5%) pelo registro da Saúde; 4 (7,14%) por meio do Disque Direitos Humanos - Disque 100; 3 (5,37%) pelos Sistemas de Segurança Pública e Judiciário e 13 (23,21%) foram denunciados pelas Escolas.

Com relação ao nível de escolaridade das famílias, somente 9 (16,07%) destas apresentaram algum membro que concluiu o Ensino Médio e/ou ingressou em nível de Ensino Superior. Já sobre a escolaridade das vítimas, é possível verificar no Gráfico 5 que, das 56 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual acolhidas no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, 28 (50%) frequentam os anos iniciais do processo de escolarização e Ensino Fundamental I, 19 (33,92%) frequentam o Ensino Fundamental II ou Ensino Médio e 9 (16,07%) estão fora da escola por desistência ou evasão e, também, por ainda não apresentarem idade mínima para a frequência.

**Gráfico 5** - Nível de escolaridade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual notificados no CREAS de Pires do Rio – GO entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019



**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

O nível de escolaridade em que se encontram as vítimas de violência sexual reflete a necessidade de intervenções e estratégias em educação sexual nas diferentes faixas etárias, principalmente para crianças 0 a 12 anos de idade, as quais estão inseridas no processo inicial de escolarização (Educação Infantil e Ensino Fundamental I) e representam 59,57% (n=28) das vítimas efetivamente matriculadas no sistema de ensino. Desta última amostra (n=28), 24 (42,85%) são alunos (as) da rede municipal de ensino, 3 (5,35%) da rede particular de ensino e 1 (1,78%) da rede estadual de ensino, apresentando comprometimento cognitivo.

A partir da análise dos dados dos registros de violências sexuais no CREAS de Pires do Rio – GO, ficou evidente a importância de se trabalhar os temas relacionados à sexualidade como forma de prevenção deste tipo de violência. Essa proposta pode se concretizar por meio da educação sexual escolar, uma vez que uma das funções do educador é orientar e esclarecer os educandos, conscientizando-os sobre os valores em exercer sua sexualidade de uma forma que seja responsável, sem trazer consequências para seu futuro, orientando-os, ainda, a diferenciar os toques de amor dos toques abusivos. É certo que a família também deve responsabilizar-se por orientar suas crianças e adolescentes, porém, a partir dos dados disponíveis, tem-se que membros da própria família da vítima são os principais suspeitos da prática da violência.

A pesquisa documental levantou uma série de reflexões sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no cenário brasileiro e na realidade do município do interior goiano. Os resultados fazem com que o problema de pesquisa deste estudo seja retomado: como a rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO têm trabalhado as ações voltadas para a educação sexual em seu cotidiano?

## 5.2 Educação sexual escolar: o que dizem os gestores e professores?

A primeira etapa do estudo evidenciou que crianças de 0 a 12 anos de idade, matriculadas na rede pública municipal de ensino, são a maioria entre as vítimas de violência sexual da cidade de Pires do Rio – GO. A partir desse dado, a segunda etapa da pesquisa foi direcionada às escolas municipais deste município, que oferecem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). A segunda etapa consistiu na aplicação de um questionário com o objetivo de investigar as possíveis dificuldades dessas escolas em relação à temática da educação sexual.

É relevante destacar que, na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela LDB (Lei nº. 9.394/1996) aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios. A cada um deles, compete organizar seu sistema de ensino, cabendo à União, ainda, a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva.

No tocante à Educação Básica, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios, cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental (BRASIL, 2013b).

A cidade de Pires do Rio – GO conta com um total de oito escolas públicas municipais que oferecem a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, identificadas de E1 a E8, sendo que E7 é mantida pela comunidade religiosa e convênio com a Secretaria Municipal de Educação.

O grupo de gestores de E1 a E8 foram escolhidos para compor a amostra do estudo, sendo que cada escola possui um diretor (n=8) e de um a dois coordenadores (n=12), somando um total de 20 gestores. A escolha deste público se justifica, primeiramente, por estes serem funcionários efetivos na rede de ensino e, conseqüentemente, ter maior possibilidade de replicar o conhecimento a toda sua unidade escolar.

O segundo motivo associado à escolha deste público está relacionado à experiência vivida durante a disciplina de Construção e Avaliação de Produtos Educacionais, ministrada pela professora Dra. Mayara Lustosa de Oliveira Barbosa, na qual foi realizada uma oficina a um grupo de oito professores (todos da rede municipal de ensino) e, diante das análises, foi constatado que uma das maiores dificuldades enfrentadas para trabalhar a temática da educação

sexual e violência sexual é por falta de apoio da gestão. Ainda assim, professores o fazem por meio do currículo oculto.

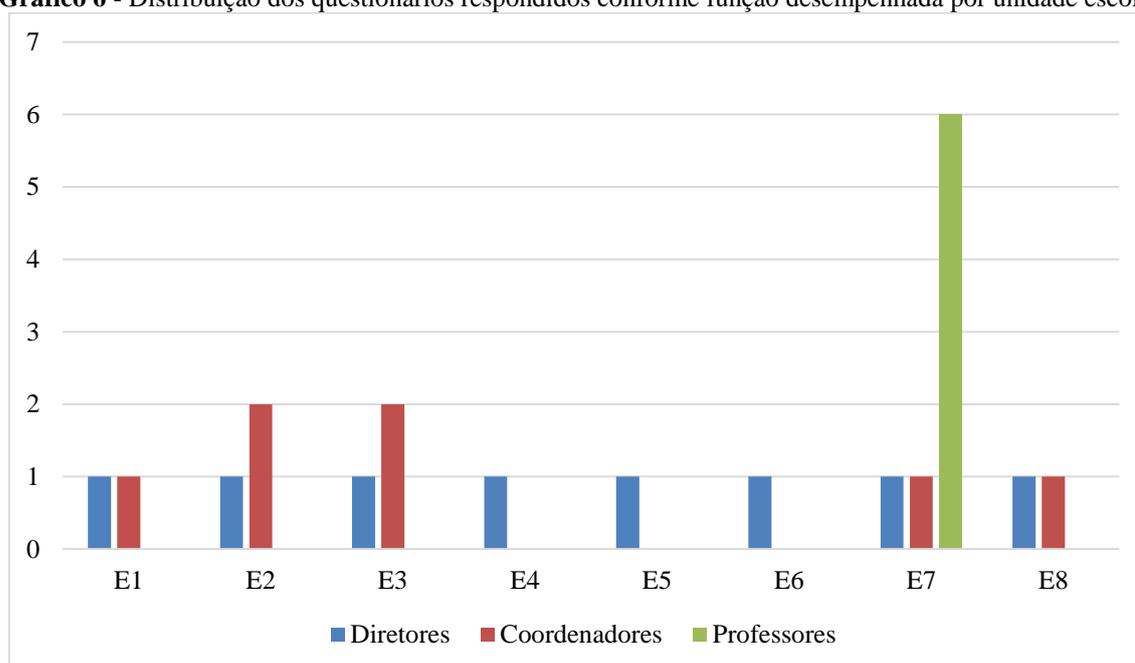
Silva (2010, p. 78) define que “[...] o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”. Desse modo, o currículo oculto são ensinamentos e aprendizagens que acontecem de forma implícita, ou seja, nas entrelinhas das relações que se estabelecem no ambiente escolar.

É preciso enfatizar que a Educação Infantil e Ensino Fundamental I consistem em um dos principais alicerces para a constituição do sujeito. Nesse sentido, como bem lembra Campos (1999), o professor precisa conhecer em profundidade as fases de desenvolvimento das crianças, suas características culturais, sociais, étnicas e de gênero, além da realidade da qual elas partem e como aprendem.

Assim, além dos 20 gestores das oito unidades escolares, considerando que os professores são os que mais convivem e trocam conhecimento e experiências com os alunos, a amostra também foi composta por oito professores, todos da escola E7, sendo escolhidos por esta unidade escolar estar localizada em uma região periférica e considerada de alta vulnerabilidade social da cidade de Pires do Rio – GO. Além disso, esta escola possui três turmas da Educação Infantil (maternal, jardim I e jardim II) e cinco turmas do Ensino Fundamental I (1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos), possibilitando respostas de professores de diferentes séries.

Após recrutamento de toda a amostra (n=28), as informações e as condições de realização sobre a pesquisa foram passadas aos participantes. Nesse momento, duas coordenadoras foram excluídas da amostra, sendo que uma delas estava com problemas de saúde se ausentando com frequência de suas atividades e a outra não se interessou pela temática. Àquelas que se dispuseram a participar (n=26), foi entregue o TCLE e o questionário. Ao final, foram recebidos 21 questionários respondidos, sendo que três coordenadoras e duas professoras não o responderam e também foram excluídas da amostra.

O Gráfico 6 apresenta o total de questionários respondidos por cada uma das oito unidades escolares.

**Gráfico 6** - Distribuição dos questionários respondidos conforme função desempenhada por unidade escolar

Fonte: Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Conforme, observado no Gráfico 6, dos 21 questionários respondidos, oito foram de diretores, sete de coordenadores e seis de professores. As participantes do estudo foram identificadas de P1 a P21, agrupadas de acordo com a função desempenhada, conforme a Tabela 2:

**Tabela 2** - Agrupamento das participantes

Diretoras	Coordenadoras	Professoras
P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8	P9, P10, P11, P12, P13, P14, P15	P16, P17, P18, P19, P20, P21

Fonte: Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

A parte I do questionário aplicado permitiu conhecer o perfil de cada participante. Percebe-se que todas as participantes são do sexo feminino, reforçando estereótipos relacionados à vinculação entre a atividade e a maternagem (GALVÃO; BRASIL, 2009). A faixa etária das participantes variam de 25 anos a 55 anos, sendo que apenas uma não informou sua idade. A maioria das participantes eram casadas (n=16), com filhos (n=17) e católicas (n=10).

Com relação a formação acadêmico-profissional, foi possível identificar que 17 participantes possuem uma licenciatura: Geografia (n=4), Letras (n=4) Pedagogia (n=4, sendo 3 em formação), História (n=4, sendo 1 em formação) e Matemática (n=1). Quatro participantes investiram em mais de uma licenciatura, distribuídas em: 1 era formada em geografia, letras e matemática; 1 era formada em história e pedagogia; 1 era formada em pedagogia e matemática; 1 era formada em letras e pedagogia.

A formação do grupo gestor (diretoras e coordenadoras) vai além da Graduação. Todas possuem especialização *lato sensu*. Entre as seis professoras, somente P16 possui especialização *lato sensu*. O tempo de atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental I das 21 participantes varia de 2 a 25 anos de atuação, sendo que 3 professoras e 1 coordenadora não informaram.

Em relação à parte II do questionário, as respostas das participantes foram divididas em duas categorias: a) quanto ao conhecimento da temática (questões 1 a 10) e b) quanto a necessidade de um curso de formação (questões 11 a 17):

**a) Quanto ao conhecimento da temática (questões de 1 à 10):**

Em relação ao conhecimento da temática, as 21 participantes consideram importante e necessário falar sobre educação sexual na escola, destacando a resposta de P3: “A orientação desde os anos iniciais deve ser prioridade, com adequações à idade”, que corrobora com aquilo que é previsto pelo ECA e pela LDB sobre trabalhar os temas que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, desde que se observe a produção e divulgação de material didático adequado.

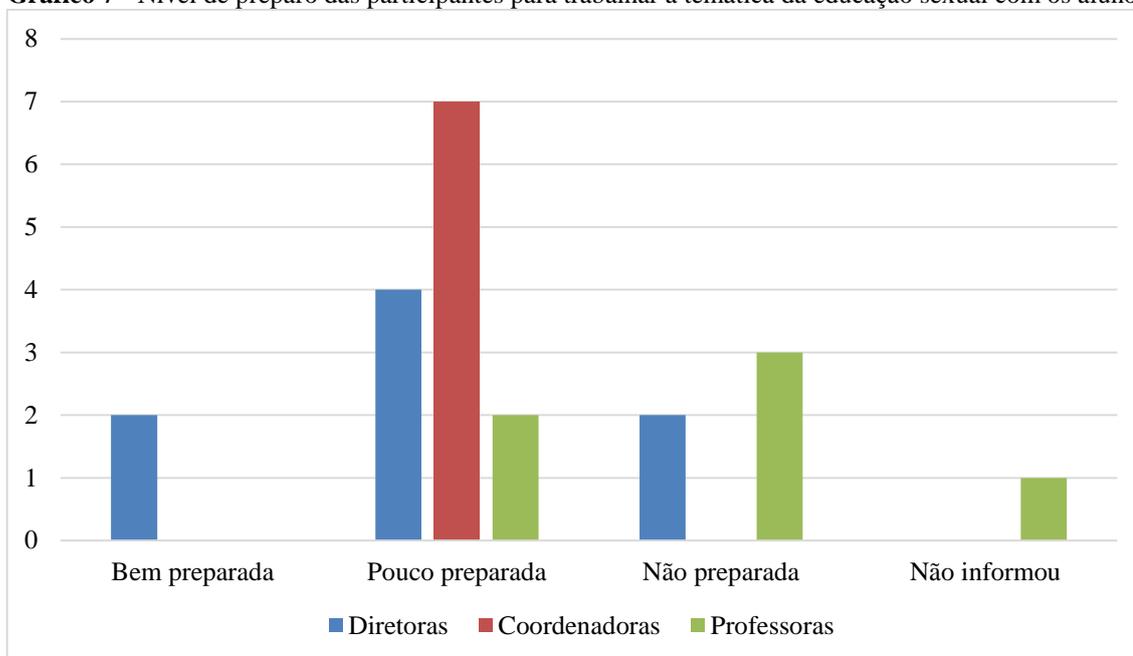
Apenas 11 participantes disseram conhecer as diretrizes dos PCN sobre a educação sexual na escola, dentre elas 6 diretoras, 4 coordenadoras e 1 professora. P7 declara: “É tema transversal mas é pouco trabalhado nas escolas”. Quando questionadas sobre as diretrizes da BNCC, o número de participantes que responderam ter conhecimento diminuiu para 9. P14 afirma: “É o processo de aprender e ensinar sobre os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da sexualidade”.

Vagliati (2014) aponta em seu estudo que os PCN representaram um avanço na política educacional no que se refere à sexualidade. Todavia, questiona a forma como acontece a preparação da escola para desenvolver esse trabalho, dando ênfase ao caráter biológico. A estudiosa ainda reflete sobre a necessidade de empregar o termo “educação sexual” e não “orientação sexual”, uma vez este último se refere ao desejo sexual das pessoas e o primeiro se refere à forma de educar pautada em uma posição política que respeite a orientação sexual, as sexualidades presentes na escola e na sociedade.

Ao observar as respostas referentes ao preparo das participantes ao abordar a temática da educação sexual com alunos, é possível observar, no Gráfico 7, que apenas 2 diretoras

responderam estar bem preparadas para tratar sobre a temática com seus alunos. Todas as 7 coordenadoras se sentem pouco preparadas e, entre as professoras, a metade (n=3) não se sentem preparadas. Apenas 1 professora não informou resposta.

**Gráfico 7** - Nível de preparo das participantes para trabalhar a temática da educação sexual com os alunos



**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Já com relação ao preparo da equipe, 15 participantes concordam que sua equipe não está preparada para falar sobre educação sexual com seus alunos. Neste sentido, pode-se destacar algumas respostas. A participante P7 respondeu que “a equipe se prepara aos casos específicos”, o que demarca que o trabalho com a educação sexual se dá em algum momento, quando for solicitado e se for realmente necessário. Esse ponto de vista, considerando o trabalho em rede, não é interessante, uma vez que não é preciso esperar que uma criança ou adolescente tenha seus direitos violados para somente então passar a agir, contrapondo o papel de prevenção e proteção (DIGIÁCOMO, 2011).

Das 21 participantes, 11 disseram ter medo de ou receio de falar sobre educação sexual com os alunos, associando tal medo à má interpretação da família, à represália dos pais e ao conservadorismo da sociedade no geral. Seguem algumas respostas que se destacaram:

P2: “Qualquer assunto sobre educação sexual pode ser deturpado e virar denúncias, tenho receio da má interpretação e incompreensão das pessoas”.

P5: “Em geral, as famílias não estão preparadas ainda, e interpretam o que é falado de maneira errada”.

P14: “Sim, tenho medo. Devido a educação dos pais, como foram criados no tempo deles, para alguns isso era tabu, temo estar criando os filhos do mesmo jeito”.

Ainda com relação à questão que se refere ao medo em trabalhar sobre a educação sexual, P18, P20 e P21 apresentaram em suas respostas a importância de se desconstruir a ideia de que falar sobre educação sexual se restringe a falar sobre sexo:

P18: “Sim. Não é muito fácil falar sobre sexo com as crianças”.

P20: “Na minha turma as crianças são muito pequenas não tenho como abordar o assunto sobre sexo”.

P21: “Minha sala é jardim, fica mais complicado de entrar nesse assunto do sexo”.

Nas respostas de P2, P5, P14, P18, P20 e P21, percebe-se que as participantes não diferenciam corretamente “sexualidade” de “sexo”, talvez por falta de formação científica ou, também, por reproduzirem tabus e preconceitos que em muito dificultam o desenvolvimento de atividades que justificam a educação sexual no âmbito da escola. Isso sinaliza a importância de conhecer e se aprofundar sobre a temática, esclarecendo que falar sobre educação sexual é promover qualidade de vida para as crianças e ensinar autoproteção (POLA, 2018).

Evidenciou-se que o trabalho da escola sobre educação sexual ainda está resumido às experiências esporádicas, limitado ao sexo e seu caráter reprodutivo, como também a exposições puramente biológicas do corpo humano, sendo tratado apenas nas séries finais do Ensino Fundamental I (4º e 5º ano) por conta do currículo (LÜDKE, 2000). A análise dos questionários apontou que aqueles que trabalharam algo referente à temática da sexualidade com seus alunos o fizeram com muita dificuldade e, normalmente, por meio de projetos e com a participação de profissionais de outras áreas:

P1: “Sim. Na época da semana de combate ao abuso infantil, com a presença do CREAS e da Bia e Lia”.

P2: “Sim. Mas com constrangimentos, risos e deboches, e pouco trabalhado”.

P7: “Sim. Palestras sobre orientação sexual nas séries do 4º e 5º ano com uma enfermeira para esclarecimentos de dúvidas: puberdade, adolescência... esclarecendo dúvidas dos alunos”.

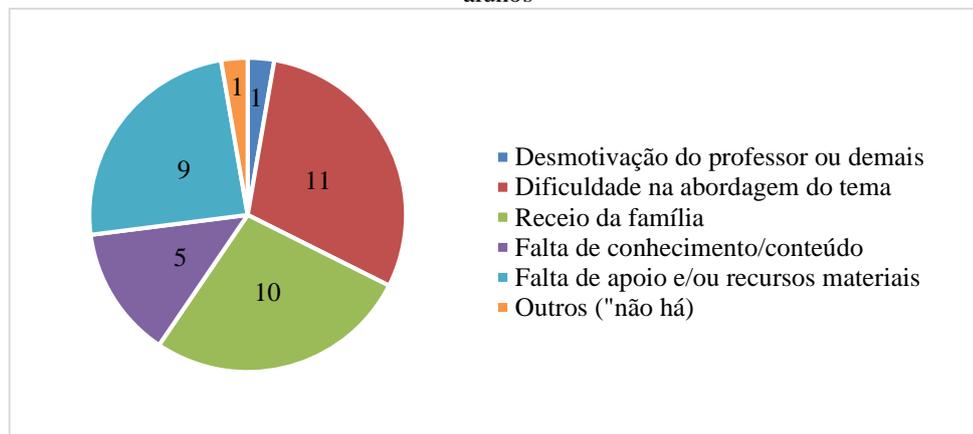
P9: “Sim. Houve comunicação previamente aos pais, caixinha de perguntas para que as crianças realizassem suas perguntas e discussões sobre assuntos referentes a formação e desenvolvimento do corpo, gravidez, abuso sexual, relação sexual. Essa experiência foi realizada no ano de 2018 através de uma parceria entre os professores do 4º e 5º ano com seus alunos”.

A temática da educação sexual reflete a importância de uma abordagem conjunta e integral entre os profissionais da saúde e os profissionais da educação no contexto escolar. Pensando na integralidade, ficou instituído, pelo Decreto nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de promover ações que visem o enfrentamento de vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes da rede pública de ensino, determinando o trabalho conjunto das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) com os profissionais da educação (BRASIL, 2007a).

Embora seja proposto tal abordagem conjunta, há incongruências em relação aos trabalhos intersetoriais, uma vez que parece haver, por parte dos professores, um entendimento de transferência de responsabilidade para os profissionais de saúde (enfermeiros, médicos, psicólogos), configurando as ações em atividades focais e pontuais (PINHEIRO, SILVA, TOURINHO, 2017).

A questão 9 apontou que as maiores dificuldades encontradas pelos participantes em trabalhar a temática da educação sexual com seus alunos está associada, principalmente, à dificuldade na abordagem do tema e ao receio da família. Contrária às demais participantes, P7 afirmou que “não há” dificuldades em trabalhar a temática. As respostas das participantes para essa questão (que permitia marcar mais de uma opção) estão representadas no Gráfico 8.

**Gráfico 8** - Dificuldades encontradas pelos participantes em trabalhar a temática da educação sexual com seus alunos



Fonte: Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Rufino, Pires, Oliveira, Souza e Souza (2013), em seu estudo “Educação Sexual na Prática Pedagógica de Professores da Rede Básica de Ensino”, chegaram à conclusão de que, dos 29 professores de três escolas públicas estaduais da cidade de Goiânia – GO entrevistados, quase todos os docentes (n=26) apresentaram dificuldade em trabalhar a temática, sendo que 27 apontaram a necessidade de se capacitar no assunto.

#### **b) Quanto à necessidade do curso de formação (questões de 11 à 17):**

Sabe-se que o estudo e a implementação de políticas e atividades que envolvam a análise da educação sexual dificilmente ocorrem em todos os níveis de educação, desde a chamada

Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental – ciclo I e ciclo II, Ensino Médio e mesmo na graduação universitária.

As participantes da pesquisa de Pires do Rio – GO foram questionadas se, em algum momento de sua formação acadêmica, existiram discussões levaram à reflexão sobre a educação sexual escolar. 19 participantes responderam que não receberam nenhuma formação na temática, sinalizando a possibilidade e a necessidade de uma capacitação. Além disso, 20 participantes consideraram importante os estudos sobre a educação sexual de crianças e adolescentes, sendo que P16 respondeu “depende da faixa etária”.

Ao serem indagadas se a educação sexual é papel da escola ou da família, todas concordaram que é de ambos, com exceção de P8 que declarou: “O papel sem dúvida é da família, os pais que precisam orientar os filhos”. Figueiró (2006) aponta que todas as pessoas são educadores sexuais: os pais, os professores, os demais profissionais e a comunidade em geral. No contato com crianças e adolescentes, passa-se mensagens, mesmo sem perceber, sobre a sexualidade, contribuindo para que eles construam suas ideias, seus valores e seus sentimentos sexuais.

Todas as participantes, sem restrições, consideram um curso de formação sobre a temática da educação sexual relevante, demonstrando interesse em participar de uma formação na qual a carga horária atendesse as necessidades da temática. Além disso, 20 participantes, com exceção de P16 que não respondeu à pergunta, concordam que o conhecimento da temática pode ajudar no enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Figueiró (2006) reflete que a escola, enquanto instituição educadora e formadora, não pode mais fugir de seu papel e ignorar as questões sexuais emergentes de todos que a ocupam. Não se pode acreditar que apenas informações biológicas e palestras uma vez ao ano suprirão essa necessidade educacional, tanto dos profissionais quanto dos alunos que a frequentam. Apresenta-se, assim, a fundamental importância do domínio teórico na área da sexualidade que possibilite ao professor aperfeiçoar sua prática cotidiana referente à sexualidade e à violência sexual.

Crianças e adolescentes revelam muito de seus sofrimentos e seus medos na rotina escolar (VAGLIATI, 2014). A formação em educação sexual pode ampliar a compreensão destes participantes sobre a sexualidade e possibilitar que revisem atitudes, crenças, valores, postura profissional e ainda auxiliar na identificação de possíveis sinais de violência contra o público infantojuvenil.

Os dados revelam que a formação docente inicial e continuada, ainda frágil para a temática da educação sexual no âmbito escolar reflete, conseqüentemente, na falta de ações em

prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. No que tange à Educação Infantil e Ensino Fundamental I, é possível observar como a formação continuada em educação sexual ainda é pouco estudada (VILLA; PRADO, 2020).

Nesse sentido, a segunda etapa da pesquisa contribuiu para o desenvolvimento de um produto educacional que pudesse interferir de maneira positiva na realidade dos participantes e demais membros da comunidade. O produto educacional desenvolvido foi um curso de formação em educação sexual e será apresentado a seguir.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Um produto educacional é uma produção técnica e/ou tecnológica obtida a partir dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, visando o avanço do conhecimento. É uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler, etc. Pode ser um cultivar ou um conjunto de instruções de um método de trabalho (CAPES, 2019).

A presente pesquisa permitiu desenvolver como produto um curso de formação em educação sexual. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) define os cursos para formação profissional como um “conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação” (CAPES, 2019, p. 26).

Os cursos para formação profissional, portanto, podem ser classificados conforme sua natureza em: a) oferta regular: oferta contínua e integrada às atividades das Instituições envolvidas com o processo da pesquisa; b) oferta em alternância: oferta intermitente, podendo estar integrada às Instituições envolvidas com o processo da pesquisa; c) formação em exercício [*work in progress*]: oferta regular ou em intermitente, devendo contar com profissionais vinculados às instituições envolvidas com o processo da pesquisa (CAPES, 2019).

Atualmente, a formação de professores para a temática da educação sexual está alinhada com os objetos de conhecimento Mecanismo Reprodutivo e Sexualidade preconizado pela BNCC no oitavo ano na disciplina de ciências. Indicando uma proposta de formação docente limitada e que não leva em consideração o contexto cultural e o cotidiano dos estudantes (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Na cidade de Pires do Rio – GO, as discussões sobre educação sexual aparecem descritas da seguinte forma na Lei Orgânica do Município vigente:

Capítulo II – Seção II – Da Saúde:

Art. 200 - § 1º - Compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...]

XV – implantar programas de educação à saúde e de educação sexual nas escolas

Capítulo III – Seção I – Da Educação:

Art. 207 – O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

§ 10º - As disciplinas de educação ambiental, de segurança para o trânsito, contra o uso de drogas e de orientação sobre a vida sexual e doenças sexualmente transmissíveis serão inseridas nos programas curriculares das escolas municipais (PIRES DO RIO, 2011, p. 145-151).

Não se pode permanecer com uma educação sexual restrita apenas às questões biológicas. É preciso estender a temática à uma educação sexual que possa ir além da saúde sexual e reprodutiva, promovendo discussões que incluam os relacionamentos sociais, a Cidadania e os Direitos Humanos, incluindo meios de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o curso de formação se justifica pelos apontamentos, tanto da literatura quanto desta pesquisa, sobre a ausência da temática trabalhada na formação docente. Conforme apontam Silva e Megid Neto (2006):

Sem uma formação inicial e continuada eficiente e eficaz os resultados apontados sobre as posturas e práticas escolares na abordagem da Educação Sexual continuarão, em grande parte, tais como se apresentam nas pesquisas. Em face de suas dificuldades, o professor/educador acha melhor tratar dos aspectos biológicos pura e simplesmente e, para isso, considera que ‘existe o professor da área de Ciências’. Então, ‘Educação Sexual nada tem a ver comigo’, o que o tranquiliza em relação a seu falso ‘não-envolvimento’ com o tema. É preciso, principalmente na formação continuada, resgatar o élan vital, a energia que vai possibilitar ao professor/educador a recuperação do prazer com a profissão escolhida (SILVA; MEGID NETO, 2006, p. 195).

O curso, portanto, desenvolveu-se na proposta de uma formação em exercício [*work in progress*] e foi ofertado na modalidade de Ensino à Distância (EAD) pela plataforma CANVAS LMS, da empresa *Instructure*, uma excelente plataforma gratuita para se trabalhar com o gerenciamento de cursos, permitindo a criação e edição de conteúdo, fóruns e atividades, facilitando o ensino e a aprendizagem por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A formação em educação sexual foi estruturada em três módulos, com carga horária total de 30 horas, entre atividades síncronas e assíncronas. O aluno só pode avançar nos módulos após concluir todas as leituras, questionários e debates propostos referentes a cada etapa. Cada módulo conta com um fórum tira dúvidas. Toda a licença do conteúdo é de domínio público e sua reprodução pode ser realizada preservando os direitos autorais e fontes de citação, sem fins lucrativos.

O produto está disponível e pode ser consultado na íntegra no portal eduCAPES, pelo link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597675>. É importante acrescentar que todo o roteiro e material utilizado para a elaboração do curso podem ser acessados pelo seguinte link: <https://drive.google.com/drive/folders/1aGuNQvB5III1PvIhX2RQwjXjvGdm6Dqes?usp=sharing>

## 6.1 Descrição técnica do Produto: plano do curso

**Tabela 3** - Descrição técnica do Produto e plano de curso

**Origem do Produto:** Trabalho de dissertação: “Educação sexual na formação de professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

**Área de conhecimento:** Ensino.

**Linha de pesquisa:** Atuação docente e educação para a cidadania.

**Proponentes:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho e Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira (aluna e professor, respectivamente, do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí).

**Categoria do Produto:** Curso de formação – “O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

**Carga horária:** 30 horas.

**Finalidade:** contribuir com os diferentes olhares sobre a importância da educação sexual, sinalizando possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, fazendo com que as questões sobre educação sexual ocupem um lugar de respeito, atenção e compromisso na gestão das escolas, além de contribuir para a rede de cuidado e proteção dessas crianças e adolescentes.

**Público-alvo:** participantes voluntárias da pesquisa intitulada “Educação sexual na formação de professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” e demais pessoas interessadas na temática.

**Disponibilidade:** Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

**Divulgação:** em formato digital (Plataforma Canvas LMS).

**Grau de novidade:** Produção com médio teor inovativo.

**Idioma:** Português.

**Cidade:** Pires do Rio, Goiás, Brasil.

**Objetivos:**

1. **Geral:** Capacitar educadores sobre a importância da educação sexual para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
2. **Específicos:**
  - a) Apresentar conceitos que circundam a violência sexual;
  - b) Discutir meios de prevenção dentro da proposta da educação sexual;
  - c) Propor fluxo de atendimento unificado no Sistema de Garantia de Direitos.

**Estruturação do Produto (conteúdo programático):**

**Módulo 1.** Entendendo o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil

**Resumo:** Apresentação dos conceitos e notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e na realidade de Pires do Rio – GO. Identificação dos sinais e consequências dessa violência para as vítimas.

**Módulo 2.** A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes: um papo sobre educação sexual

**Resumo:** Desmitificação do conceito de educação sexual escolar e apontamento dos documentos norteadores para essa temática no campo da educação. Apresentação de propostas e conteúdos em educação sexual com crianças.

**Módulo 3.** Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente: a escola como rede de apoio

**Resumo:** Apresentação dos órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) esclarecendo o papel da escola. Proposta de um fluxo unificado (protocolo) para registro de denúncias, com a participação do Ministério Público.

**Metodologia de elaboração e socialização do conhecimento:** ofertado na modalidade de Ensino a Distância (EAD) pela plataforma CANVAS LMS, da empresa *Instructure*. A partir desta ferramenta foram criados e editados conteúdos como vídeos, fóruns de debates bem como disponibilizados materiais científicos (artigos, livros, vídeos) e atividades.

**Processo de avaliação qualitativa do aprendizado:**

1. **Instrumentos:** Questionários, debates e produções textuais.
2. **Crterios:** Serão observadas frequência e assiduidade dos participantes, níveis de envolvimento, compreensão e posicionamento crítico acerca dos temas desenvolvidos ao longo do curso.

**Observação:** Ao final do curso os participantes deverão responder um questionário autoavaliativo e de avaliação do curso.

**Perfil do egresso:** Espera-se que o egresso deste curso possa ampliar seu olhar sobre a necessidade da educação sexual no contexto escolar, contribuindo na identificação e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Referências:**

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**. São Paulo, Editora Caqui. 2018. Disponível em:

<<https://www.pipoefifi.org.br/>>. Acesso em: 29/11/2020.

CAMPANHA DEFENDA-SE. Org. Página inicial. Disponível em: <<https://defenda-se.com>>. Acesso em: 24/11/2020.

CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes; SILVEIRA, Ricardo Diógenes Dias; RIBEIRO, Cristiane Maria. A política da educação sexual no cenário brasileiro. **Congresso Interdisciplinar de Educação (INTEREdu 2020)**. Rio de Janeiro, 14 jan. 2020.

CHILDHOOD BRASIL. **Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 2020**. São Paulo – SP, 16 jul. 2020. Disponível em:

<[https://childhood.org.br/childhood/publicacao/DadosViolenciaSexualcontraCriancaeAdolescentes2020\\_FINAL.pdf](https://childhood.org.br/childhood/publicacao/DadosViolenciaSexualcontraCriancaeAdolescentes2020_FINAL.pdf)>. Acesso em: 23/11/2020.

CRESCER SEM VIOLÊNCIA. Projeto. Canal Futura. Página inicial. Disponível em:

<<https://www.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia/>>. Acesso em: 27/11/2020.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Sistema de Garantias de Direitos da criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. Promotoria de Justiça do Estado do Paraná, 2011. Disponível em:

<[https://mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema\\_Garantias\\_ECA\\_na\\_Escola.pdf](https://mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Garantias_ECA_na_Escola.pdf)>. Acesso em 01/12/2020.

EMRICH, Renata. **A Mão Boa e a Mão Boba**. Belo Horizonte, Editora Ramalhete, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. A violência contra crianças e adolescentes e suas principais formas. In: **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição, pg. 29 – 53. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf)>. Acesso em 21/11/2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **O que é educação sexual?** 1 vídeo (13min 09 seg). 2017. Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=l\\_YzXUrL6Ls](https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls)>. Acesso em: 29/10/2020.

FUKUMORI, Cristina; SILVA, Alessandra Rocha Santos e Soma, Sheila Maria Prado. **O Segredo de Tartanina**. São Paulo, Editora UDF, 2011. Disponível em: <<https://www.tartanina.org.br/>>. Acesso em: 29/11/2020.

IPPOLITO, Rita; WILLE, Rosiléa. A escola como espaço mais próximo da revelação da violência sexual e o cuidado de crianças e adolescentes. In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Gorete Vasconcelos; BARBIERI, Paola; NASCIMENTO, Vanessa. (Orgs.). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: EdUCB, 2014, pg. 131 -146. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>>. Acesso em: 02/11/2020.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ÁVILA, Dárcia Amaro; RIZZI, Juliana Lapa e SPAZIANI, Raquel Baptista. **Sem mais Segredo: Juju, uma menina muito corajosa**. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2015. MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual: princípios para a ação**. Dixa. Revista Paulista de Psicologia e Educação, vol. 15, n. 1, pg.75-84, 2011.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual. In: **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica – RJ: EDUR, 2011, pg. 87 – 93. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>>. Acesso em 22/11/2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. O percurso da notificação de suspeitas ou de ocorrências de violência sexual contra criança e adolescentes no Sistema de garantia de Direitos (SGD). In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Gorete Vasconcelos; BARBIERI, Paola; NASCIMENTO, Vanessa. (Orgs.). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: EdUCB, 2014, pg. 183 -189. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>>. Acesso em: 02/11/2020.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me Toca seu Boboca**. Belo Horizonte, Aletria Editora, 1ªed., 2017.

Disponível em: <<https://www.andreavivianataubman.com.br/?lang=pt>>. Acesso em: 29/11/2020.

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

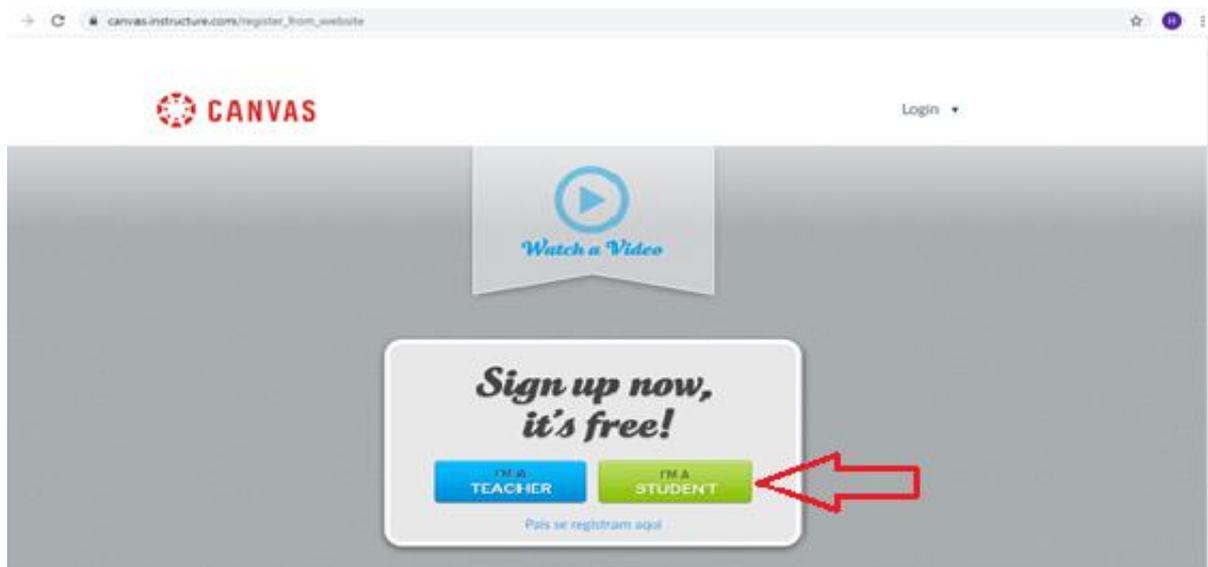
## 6.2 Preparação instrutiva para acesso ao curso de formação

O público-alvo do curso de formação em educação sexual foram as 21 participantes da pesquisa “Educação sexual na formação de professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”. Para que estas pudessem ter acesso ao curso proposto, foi encaminhado, ao e-mail e *WhatsApp* de cada uma das participantes, algumas instruções acerca do curso.

A plataforma CANVAS LMS, de uso gratuito, permite a disponibilização de um link e código de acesso ao curso. O link do curso "O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes" é <https://canvas.instructure.com/register> e o código de acesso: DR9XAB.

Ao clicar no link disponibilizado, o participante é redirecionado para uma página conforme representado na Imagem 1 e deve escolher a opção de acessar como um estudante: “*I’m a student*”.

**Imagem 1** - Página do link de acesso



**Fonte:** <https://canvas.instructure.com/register>

Após clicar no quadrado verde (*I’m a student*) apontado pela seta vermelha na Imagem 1, o participante é redirecionado para uma outra página, representada na Imagem 2, na qual deve preencher os campos com o código de participação enviado (DR9XAB), com seus dados pessoais (nome completo e nome de usuário, e-mail) e criar uma senha de acesso. Deve-se, ainda, marcar o quadradinho com a mensagem “Você concorda com os termos de uso e

reconhece a política de privacidade" e, depois, clicar no quadrado azul com a mensagem “Comece a aprender”.

**Imagem 2** - Página campos obrigatórios

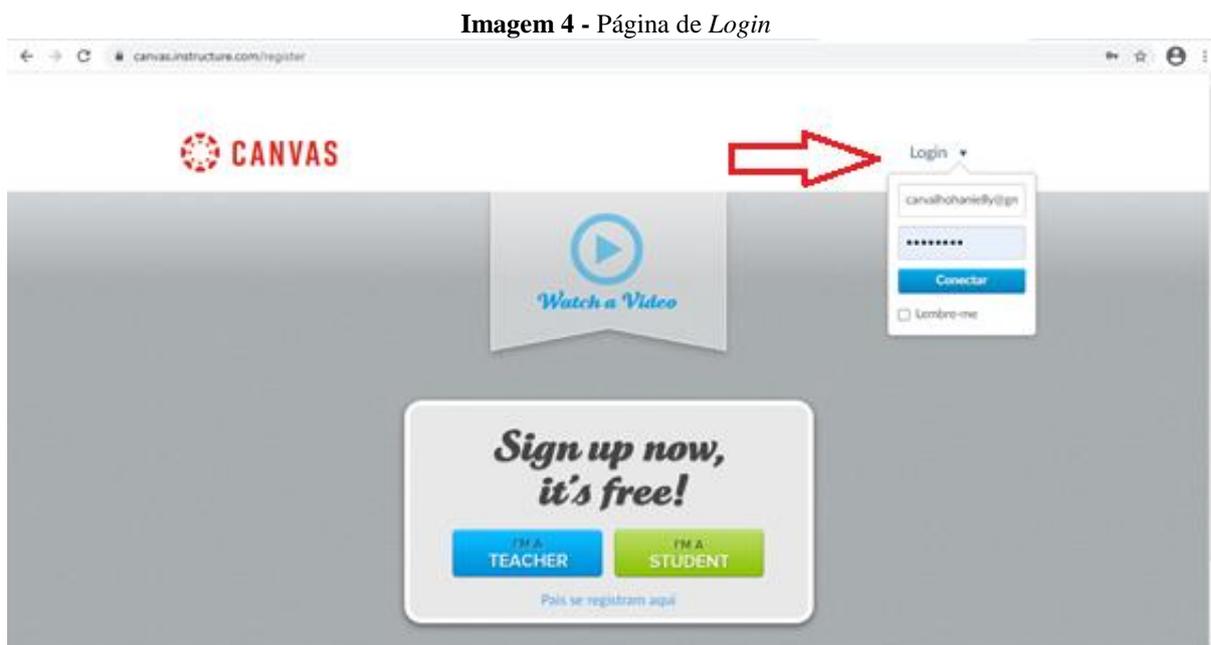
Fonte: <https://canvas.instructure.com/register>

Seguindo os passos descritos, o participante será logado no curso e redirecionado para a página inicial, conforme representado na Imagem 3. Para acessar o conteúdo, basta clicar sob os tópicos.

**Imagem 3** - Página inicial do curso

Fonte: Curso de formação – O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O participante, já matriculado como aluno do curso, pode acessar o conteúdo de forma ilimitada e a qualquer momento. Ao sair da conta, para navegar novamente, basta entrar novamente no link <https://canvas.instructure.com/register> e digitar o usuário e senha cadastrados inicialmente na opção “Login”, conforme indicação da seta vermelha na Imagem 4.



**Fonte:** <https://canvas.instructure.com/register>

O curso, inicialmente, foi proposto para um público-alvo específico, mas há a possibilidade de abranger qualquer pessoa da sociedade que esteja buscando conhecimento na temática trabalhada. Para participar basta seguir as instruções descritas. Cada etapa do curso é apresentada com detalhes no próximo item, considerando a melhor maneira para sua replicabilidade.

### **6.3 Descrição e análise dos módulos do curso de formação**

Conforme já indicado, o curso de formação “O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” foi dividido em três módulos, com exceção da apresentação e considerações finais.

O tópico “Apresentação” contém um vídeo de boas-vindas aos estudantes de aproximadamente um minuto. O Módulo 1 – Entendendo o cenário da violência sexual contra

crianças e adolescentes no Brasil – apresenta os conceitos e notificações da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e na realidade de Pires do Rio – GO, e ensina a identificar os sinais e consequências desse tipo de violência para as vítimas. Para isso, é sugerido a leitura de artigos científicos, como também a visualização de vídeos gravados pelos proponentes do curso e/ou por outros estudiosos da temática. O conteúdo e as atividades inseridas do Módulo 1 estão representados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Atividades propostas no Módulo 1

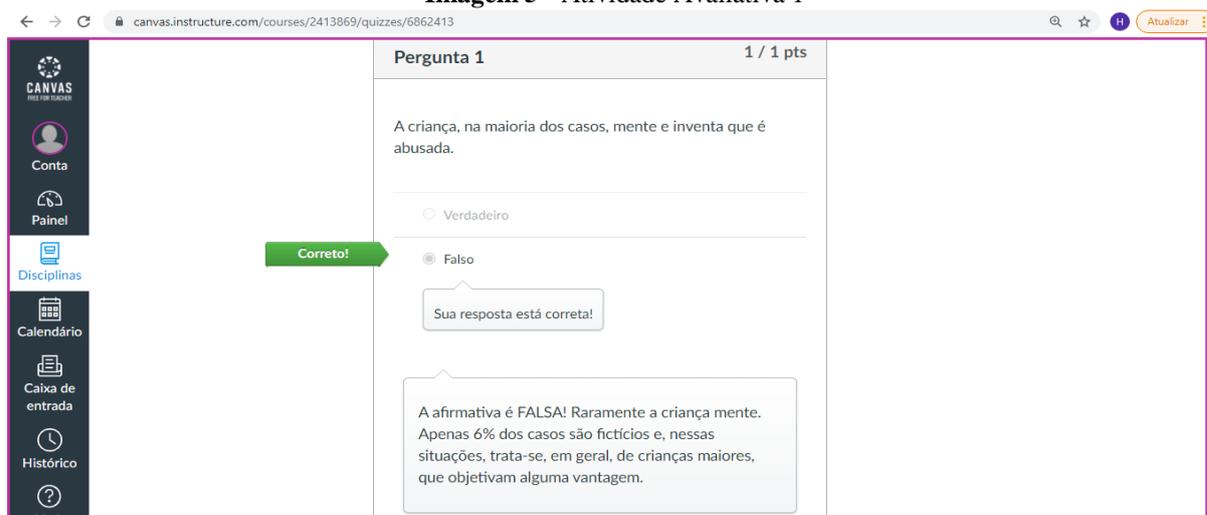
<b>Conteúdo/Atividade</b>	<b>Carga Horária</b>
Texto 1 – A violência contra crianças e adolescentes e suas principais formas (FALEIROS, FALEIROS, 2008);	2 hrs
Texto 2 – Dados da violência sexual contra crianças e adolescentes (CHILDHOOD BRASIL, 2020);	2 hrs
Mapa Mental – Conceitos importantes (CARVALHO, 2020);	30 min
Vídeo: Conceito e realidade das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes;	06 min e 54seg
Texto 3 – Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual (SANTOS, IPPOLITO, 2011);	2 hrs
Vídeo: Sinais e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes;	03 min e 40 seg
Série “Que Abuso é Esse?” (Canal Futura);	Aprox. 53 min (divididos em oito episódios)
Fórum Tira Dúvidas I;	-
Atividade Avaliativa I.	1 hr

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

A atividade avaliativa do Módulo I consiste em 10 afirmativas que o estudante deve avaliar como verdadeira ou falsa de acordo com o conteúdo aprendido. O estudante tem duas tentativas e, após enviar suas respostas, uma mensagem aparece sinalizando a resposta correta e a justificativa para tal. A Imagem 5 exemplifica a atividade deste módulo.

O Módulo 2 – A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes: um papo sobre educação sexual – propõe a desmitificar o conceito de educação sexual fazendo apontamentos dos documentos que norteiam essa temática no campo da educação/escola. Além disso, apresenta uma série de propostas em educação sexual que podem ser utilizadas como recurso para o trabalho com os alunos. Novamente, é sugerido a leitura de artigos científicos e indicado vídeos e páginas de conteúdo de domínio público para acesso e conhecimento do estudante. O Quadro 2 aponta a distribuição de conteúdo do Módulo 2.

Imagem 5 - Atividade Avaliativa 1



**Fonte:** Curso de formação – O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quadro 2 - Atividades propostas no Módulo 2

Conteúdo/Atividade	Carga horária
Texto 4 – Educação sexual: princípios para a ação (MAIA, RIBEIRO, 2011);	2 hrs
Vídeo: O que é Educação Sexual? (FIGUEIRÓ, 2017);	13 min e 10 seg
Texto 5 – A política da educação sexual no Brasil (CARVALHO; SILVEIRA, RIBEIRO, 2020);	2 hrs
Vídeo: Educação sexual como prevenção da violência;	04 min e 08 seg
Conteúdos educativos voltados à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes (Campanha Defenda-se, Projeto Crescer sem violência, Literatura Infantil, Bia e Lia: As Bonecas do CREAS);	5 hrs
Fórum Tira Dúvidas II;	-
Atividade Avaliativa II.	2 hrs

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Dentre os conteúdos educativos citados no curso e que são voltados à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, é possível destacar:

- Campanha Defenda-se<sup>2</sup>: promove a autodefesa de crianças contra a violência sexual por meio de uma série de vídeos educativos com linguagem acessível e amigável, apropriados para meninas e meninos entre 4 e 12 anos de idade. Todas as histórias estão disponíveis em Libras, Audiodescrição, Legendas em Português, Inglês e Espanhol. Os vídeos, áudios e materiais da campanha podem ser baixados de forma gratuita e divulgados, sem fins lucrativos, conforme os termos de uso;
- Projeto Crescer sem Violência<sup>3</sup>: tem como objetivo disseminar informações de qualidade e metodologias para enfrentamento das diferentes formas de violência sexual contra crianças e adolescentes de modo informativo, atraente e sem expô-las. Além da

<sup>2</sup> <https://defenda-se.com/>

<sup>3</sup> <https://www.futura.org.br/projetos/crescersemviolencia/>

- distribuição de material pedagógico, o projeto conta ainda com três séries audiovisuais: “Que exploração é essa?”, “Que abuso é esse?” e “Que corpo é esse?”;
- c) Literatura infantil: há uma série de obras que retratam a temática da educação sexual e violência sexual contra crianças e adolescentes disponível para aquisição/compra, entre elas se destacam estão: “Pipo e Fifi” (ARCARI, 2018), “Não me Toca seu Boboca” (TAUBMAN, 2017), “O Segredo de Tartanina” (FUKUMORI; SILVA; SOMA, 2011), “Sem mais Segredo: Juju, uma menina muito corajosa” (MAIA; ÁVILA; RIZZI; SPAZIANI, 2015) e “A Mão Boa e a Mão Boba” (EMRICH, 2016);
- d) Bia e Lia: As Bonecas do CREAS. Criadas em 2018 pela pedagoga e orientadora social do CREAS, Eva Aparecida Alecrim<sup>4</sup>, e interpretadas por ela e pela psicóloga Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, as bonecas Bia e Lia, por meio de um teatro e uma paródia, demonstraram às crianças de Pires do Rio – GO (e demais membros da comunidade) de forma lúdica, leve, descontraída, criativa e em linguagem simples, a não permitir nenhuma forma de violação sexual ou psicológica, bem como a importância de denunciar a um adulto de sua confiança ou através do Conselho Tutelar e pelo Disque Direitos Humanos - Disque 100.

A partir de todos os exemplos apresentados e explorados no curso de formação, a atividade avaliativa do Módulo 2 propõe a elaboração, por parte do estudante, de material voltado à educação sexual de crianças e adolescentes, podendo ser uma história, música ou paródia, vídeo, desenho.

O Módulo 3 – Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente: a escola como rede de apoio – descreve a importância dos órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), esclarecendo o papel fundamental da escola. Além disso, propõe um fluxo unificado para registro de denúncias, destacando como principal porta de entrada o Conselho Tutelar. O Quadro 3 apresenta o conteúdo programado para o terceiro módulo.

Como atividade avaliativa deste módulo, propôs-se um teste de correlacionar os órgãos do SGD com suas respectivas funções. Para complementar o Módulo 3, na data do dia 27 de janeiro de 2021, foi realizada uma roda de conversa virtual, por meio do aplicativo *Google Meet*, entre os participantes da pesquisa e o Ministério Público, conforme Imagem 6.

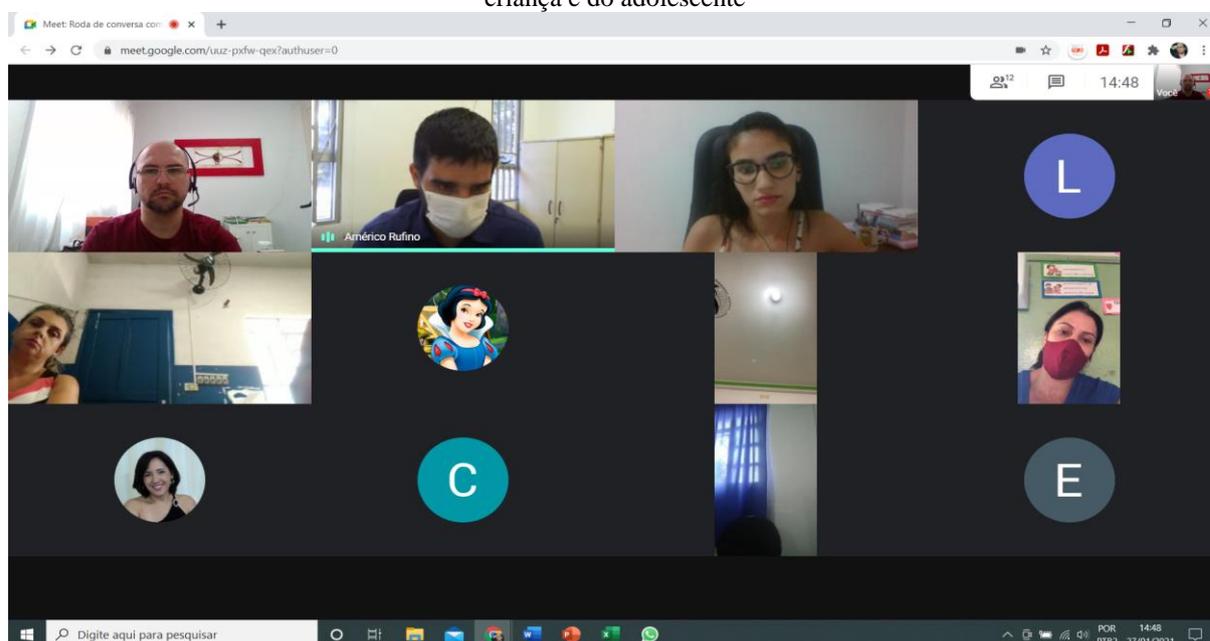
---

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI) e em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: evalecrim@hotmail.com

**Quadro 3** -Atividades propostas no Módulo 3

Conteúdo/Atividade	Carga horária
Texto 6 – O Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente e o desafio do trabalho em rede (DIGIÁCOMO, 2011);	2 hrs
Texto 7 – A escola como o espaço mais próximo da revelação da violência sexual e o cuidado de crianças e adolescentes (IPPOLITO; WILLE, 2014);	2 hrs
Texto 8 – O percurso da notificação de suspeitas ou ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) (SANTOS; IPPOLITO, 2014);	2 hrs
Mapa mental – Rede de proteção no município de Pires do Rio – GO;	30 min
Fórum Tira Dúvidas III;	-
Atividade Avaliativa III.	1 hr

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

**Imagem 6** - Roda de conversa com o Ministério Público: o papel da rede de proteção na garantia de direitos da criança e do adolescente

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

A roda de conversa com o Ministério Público teve como tema “O papel da rede de proteção na garantia de direitos da criança e do adolescente”, e aconteceu às 14 horas (Horário de Brasília) do dia 27 de janeiro de 2021 (quarta-feira), com duração aproximada de uma hora e meia. Participaram deste momento, em acessos simultâneos, um total de 14 pessoas (entre elas diretores, coordenadores e professores da rede municipal de ensino de Pires do Rio – GO).

Cabe destacar que o público-alvo inicial do curso de formação em educação sexual, as 21 participantes da pesquisa de mestrado, foram convidadas e comunicadas previamente via e-mail e *WhatsApp* para participar deste momento, sendo disponibilizado link de acesso à sala virtual da reunião (<https://meet.google.com/uuz-pxfw-qex>). Entretanto, muitas das participantes da pesquisa não acessaram.

O palestrante convidado foi Américo Rufino Neto<sup>5</sup>, graduado em Direito e assessor de promotor do Ministério Público do Estado Goiás, lotado na 2ª Promotoria de Justiça de Pires do Rio – GO, com atuação nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Improbidade Administrativa, Ação Civil Pública, Direitos Humanos, Defesa do Patrimônio Público e demais direitos difusos e coletivos.

Durante sua exposição, Américo esclareceu que o SGD da criança e do adolescente é responsável pela formulação de políticas públicas de proteção e aplicação dos recursos necessários ao cumprimento do ECA. O SGD é constituído por diversos órgãos (exemplos: CMDCA, CRAS, CREAS, CAPS, Ministério Público, entre outros) que, cada um com sua unicidade, devem trabalhar de maneira cooperativa, não havendo uma hierarquia.

De acordo ainda com Américo, o SGD existe para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade. O Sistema Justiça (Ministério Público e Poder Judiciário) necessita dos demais órgãos da rede para serem os seus “olhos e ouvidos”, principalmente da escola, pois esta está em contato direto e diário com as crianças, podendo perceber situações de violação de direitos. Assim, Américo destaca: “um bom gestor tem que ouvir as unidades escolares”

Em caso de suspeita de que há uma criança com seus direitos sendo violados, a responsabilidade do educador e de todo e qualquer ser humano é comunicar aos demais órgãos de proteção. Américo aponta que a comunicação, inicialmente, deve ser feita ao Conselho Tutelar, de maneira escrita ou verbal, pois este órgão, além de ser a porta de entrada do SGD, é também responsável por receber as notificações e tomar as medidas necessárias aos encaminhamentos.

O palestrante convidado, que já tem alguns anos de experiência (entre estágios e vínculo profissional) na 2ª Promotoria da Comarca de Pires do Rio – GO, ressaltou que desconhece a criação e padronização de um fluxo no município de Pires do Rio – GO, destacando novamente aos ouvintes que o Conselho Tutelar é a porta de entrada das denúncias. Porém, caso a escola não tenha resultados positivos a partir da notificação ao Conselho Tutelar, ela pode e deve entrar em contato com os demais órgãos do SGD, inclusive com o Ministério Público.

As situações de violência, principalmente de violência sexual contra crianças e adolescentes, são, em sua grande maioria, complexas e levam muito tempo para serem resolvidas (quando há resolução). Uma rede de proteção articulada permite que aquela criança ou adolescente que supostamente está em risco não tenha seus direitos ainda mais violados

---

<sup>5</sup> <http://lattes.cnpq.br/9478123831105260>

(revitimização). A criança deve ser sempre ouvida com atenção e sem repressão. Assim, Américo encerrou sua fala ressaltando que “a violência é um ciclo e devemos atuar de maneira preventiva e não repressiva. Ao primeiro sinal, é importante a notificação”.

Ao final da exposição do palestrante, foi aberto um espaço de perguntas e pontuações, sendo que a mediadora Hanielly Cristinny Mendes Carvalho pontuou que as consequências da violência, especialmente da violência sexual, são terríveis para as vítimas, principalmente do ponto de vista psicológico, alertando para a necessidade das notificações. O professor Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira acrescentou sobre a importância da discussão acerca da temática, incentivando o público na participação do curso de formação. Outras ouvintes relataram sobre sua satisfação em poder participar desses momentos de reflexão com essa temática abordada.

#### **6.4 Avaliação das participantes sobre a formação recebida**

O curso de formação “O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” está disponível na Plataforma CANVAS LMS desde a data do dia 16 de janeiro de 2021. Das 21 participantes convidadas (público-alvo inicial) somente 11 acessaram e cumpriram suas atividades até o momento desta escrita.

No último tópico do curso, “Considerações Finais”, foram anexados: um vídeo de agradecimento, as referências utilizadas em todo o curso (conforme apresentado no plano do curso); um texto complementar (Turma da Mônica em: Estatuto da Criança e do Adolescente) e um questionário de autoavaliação e avaliação do curso.

Esse questionário é composto de sete perguntas: seis de múltipla escolha (com três alternativas) e uma, a última, um espaço de comentários e/ou sugestões. Não há resposta certa ou errada. O questionário tem como propósito obter dados sobre a relevância do curso de formação para o aluno.

Assim, considerando a resposta das 11 estudantes que acessaram e cumpriram as atividades na plataforma, todas avaliaram a formação como positiva em todos os quesitos questionados, como: a relevância, material didático fornecido, distribuição do conteúdo, o esforço pessoal, o despertar do interesse pela temática e a possibilidade de indicação do curso à outras pessoas. Os resultados demonstrados na Tabela 4.

**Tabela 4** - Resultados da autoavaliação e avaliação do curso

<b>Perguntas</b>	<b>Respostas possíveis</b>	<b>Número de respostas encontradas</b>
1. O curso foi relevante para sua formação?	Muito relevante Pouco relevante Não foi relevante	11 – “Muito relevante”
2. O material didático fornecido ou citado é:	Bom Regular Ruim	11 – “Bom”
3. A distribuição do conteúdo/informações do curso foi adequada?	Muito adequada Pouco adequada Não adequada	11 – “Muito adequada”
4. Durante o curso, seu esforço foi:	Bom Regular Ruim	11 – “Bom”
5. Após frequentar este curso, seu interesse pelo assunto aumentou?	Aumentou muito Aumentou pouco O assunto não me interessa	11 – “Aumentou muito”
6. Você indicaria este curso para outras pessoas?	Sim Não Talvez	11 – “Sim”

**Fonte:** Hanielly Cristinny Mendes Carvalho, 2021.

Nenhuma das 11 estudantes responderam ao item 7 do questionário, em que é destinado um espaço de comentários e/ou sugestões. Esses resultados podem evidenciar a importância da temática da educação sexual escolar na formação continuada junto aos educadores, uma vez que todas foram favoráveis à ação proposta.

Para Figueiró (2006), a ação de formação nesta área permite que os docentes se sensibilizem com a falta de conhecimentos em relação ao tema e, assim, conscientes de suas deficiências pedagógicas, são impulsionados a buscar mais conhecimentos e formação apropriada.

Porém, a resposta positiva quanto ao curso de formação por parte de todas as estudantes pode também evidenciar manipulação da veracidade dos fatos, uma vez que consideram estar sendo avaliadas na maior parte do tempo/formação ou, simplesmente, podem ter respondido puramente por responder, sem dedicar um tempo de qualidade ao acesso dos conteúdos disponíveis, constituindo como uma das dificuldades do EAD.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual contra crianças e adolescentes, especificamente o abuso sexual em suas diferentes formas (com ou sem contato físico) e classificações (intrafamiliar ou extrafamiliar), ocorre, infelizmente, com muita frequência no território brasileiro, atingindo crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais. As crianças de 0 a 12 anos de idade estão entre os grupos mais vulneráveis, uma vez que estão em fase de construção e formação de valores e personalidade, sendo alvos “fáceis” de manipulação. Em sua grande maioria, os agressores são familiares ou conhecidos muito próximos à vítima, àqueles em que elas normalmente depositam confiança.

Esse tipo de situação pode acarretar uma série de danos físicos, psicológicos e/ou comportamentais. Cada criança ou adolescente vítima de violência sexual pode ter reações diferentes, a depender de alguns fatores como: a idade da vítima, a duração do abuso, o grau de proximidade entre o agressor e a vítima, a existência e eficiência do atendimento da rede de proteção à criança e do adolescente, o apoio família, o grau de resiliência da vítima, entre outros fatores internos e externos.

As crianças e os adolescentes manifestam, de diversas maneiras, que estão vivenciando situações de violência, quase sempre de forma não verbal. É importante estar atento aos sinais físicos, psicológicos e comportamentais e, em caso de alguma suspeita, é preciso denunciar por meio do Conselho Tutelar, Disque Direitos Humanos - Disque 100 ou outros canais de denúncias disponíveis na localidade. Prevenir esse tipo de situação é dever de toda a sociedade. A escola ocupa um papel fundamental na rede de proteção e no SGD da criança e do adolescente, uma vez que, por meio da convivência direta e diária com seus alunos, permite ações preventivas e educativas em educação sexual e, conseqüentemente, a construção de novas atitudes direcionadas à autodefesa.

É importante lembrar que a educação sexual remete ao ensino de conceitos de autoproteção, consentimento, integridade corporal, sentimentos e a diferença entre toques agradáveis/bem-vindos e toques que são invasivos/desconfortáveis. Tudo isso, trabalhado de acordo com o nível de desenvolvimento em que se encontra a crianças ou adolescentes, enfatiza a fundamental importância na proteção de crianças e adolescentes de possíveis violações.

A pesquisa realizada no interior de Goiás permitiu identificar que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes existe, e os números de notificações são altos considerando o número da população local. Permitiu, ainda, identificar as dificuldades dos

educadores em se trabalhar a educação sexual com seus alunos, demonstrando fragilidades em sua formação e necessidade de uma capacitação para enfrentar os desafios.

Assim, considerando os objetivos da pesquisa “Educação sexual na formação de professores: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” e atendendo aos critérios sugeridos pela CAPES (2019) quanto à elaboração e avaliação de produtos educacionais, o curso de formação “O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes” teve pontos, relativamente, positivos.

Do ponto de vista da aderência, por exemplo, o curso ofertado possui vinculação com os objetivos do Programa de Pós-Graduação e com a linha de pesquisa “Atuação docente e educação para a cidadania”. A temática abordada é de grande relevância social, uma vez que busca solucionar um problema já identificado na realidade de Pires do Rio – GO.

Os benefícios diretos e indiretos da pesquisa e do curso de formação possuem impactos a curto, médio e longo prazo, podendo ajudar progressivamente a escola na compreensão dos diversos olhares existentes sobre a importância da educação sexual na prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trazendo novos conhecimentos, também, à rede de proteção.

O curso, inicialmente preparado para um público-alvo específico, estará disponível por tempo indefinido e de forma gratuita pela Plataforma CANVAS LMS, podendo abranger qualquer pessoa da sociedade que esteja buscando conhecimento na temática trabalhada. Além disso, a formação pode ser replicada, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do seu uso comercial.

No cenário da pesquisa, essa temática não havia sido trabalhada de maneira científica e efetiva, sendo considerado algo inédito, apesar de se apropriar de conhecimentos já consolidados. E, em razão do envolvimento de profissionais de diferentes setores do SGD, o produto construído se configura como de média complexidade.

Por fim, destaca-se, novamente, a importância de a educação sexual ocupar um lugar de respeito, atenção e compromisso na gestão das escolas, pois tais instituições tem muito a contribuir para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- ABRÁPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Abuso sexual: mitos e realidade**. Autores & Agentes Associados. 3. Ed. Petrópolis, 2002. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso\\_Sexual\\_mitos\\_realidade.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 21, 2003.
- ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso: a cultura do estupro no Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**. São Paulo: Editora Caqui, 2018. Disponível em: <<https://www.pipoefifi.org.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1981.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. Ed. São Paulo: Iglu, 2007.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2006.
- BASS, Ellen; THORNTON, Louise. (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1985.
- BENEDET, Leticia; GÓMEZ, Alejandra López. La educación sexual en Uruguay: enfoques en disputa en la genealogía de la política pública. **Temas de Educación**, v. 21, n. 1, p. 11- 30, 2015.
- BEZERRA, Mayara Simon; PIANA, Maria Cristina. 18 de maio é todo dia: a violência sexual contra criança e adolescente no Brasil. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília, out./nov. 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1255/1225>>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Presidência da República, 2013a.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 14/03/2021.
- BRASIL. **Decreto nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa de Saúde na Escola e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº. 9.603, de 10 de dezembro de 2018**. Regulamenta a Lei nº. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília: Presidência da República, 2018a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9603](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9603)>.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.970, de 17 de maio de 2000.** Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19970.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19970.htm)>. Acesso em: 26 out. 2020

BRASIL. **Lei nº. 11.525, de 25 de setembro de 2007.** Acrescenta § 5o ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: Presidência da República, 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11525.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11525.htm)>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm#art2). Acesso em: 14/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). **Proteger para Educar:** a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes. Brasília: MEC, 2007c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017.** Boletim Epidemiológico, v. 49, n. 27, jun. 2018b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e respostas:** Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS; 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Sistema Único da Assistência Social. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. **Registro Mensal de Atendimentos CREAS:** manual de instruções. Brasília: MDS; 2018c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão Do Sistema Único de Assistência Social. **Manual De Instruções Para Utilização Do Prontuário SUAS.** Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Violência contra Crianças e Adolescentes: **Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas.** Brasília: MDS, 2018d.

BRASIL. Ministério Público do Estado Goiás. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes:** reflexões e abordagens. Brasília, 2016.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. In: BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, p. 285-336, 1998.

BRITO, Leila Maria Torraca de. O Papel da Universidade na Formação de Profissionais Competentes para Lidar com Casos de Violência Sexual. In: AZAMBUJA, Maria Helena Mariante Ferreira *et al.* **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina; BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, Carmen *et al.* **Gravidez na adolescência**. Brasília: INPLAN / IPEA / UNICEF, p. 29-54, 1986.

BUBENECK, Celso. Prostituição, a mais longa história. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, v. 8, n. 177, p. 24-27, 2004.

CAMILO, Vanessa Cristina Sossai. **Infância, gênero e Educação Infantil: percepções e ações na formação continuada dos educadores**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190991/camilo\\_vcs\\_me\\_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190991/camilo_vcs_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CAMPOS, Maria Malta. A formação de professores para crianças de 0 a 6 anos: modelos em debate. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 68, p. 126-142, 1999.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. Produção Técnica. **Grupo de Trabalho**. Brasília, 2019.

CAVALCANTE, Laylana Almeida de Carvalho. Psicologia forense e sua relação com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 9, n. 1, out. 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1491>>. Acesso em: 26 out. 2020.

CHILDHOOD BRASIL. **Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 2020**. São Paulo, 16 jul. 2020. Disponível em: <[https://childhood.org.br/childhood/publicacao/DadosViolenciaSexualcontraCriancaeAdolescentes2020\\_FINAL.pdf](https://childhood.org.br/childhood/publicacao/DadosViolenciaSexualcontraCriancaeAdolescentes2020_FINAL.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

COSTA, Cátia Filipa Pereira. **Abuso sexual cometido por mulheres: um estudo de caso**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Jurídica) – Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2011. Disponível em: <[https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3264/3/DM\\_15500.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3264/3/DM_15500.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CREPOP. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Conselho Federal de Psicologia. Conselhos Regionais de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. Brasília: CFP, 2020.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006.

DA SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 330 – 350, 2018.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DICIO. Dicionário Online de Português. **FENÔMENO**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fenomeno/>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Sistema de Garantias de Direitos da criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. Promotoria de Justiça do Estado do Paraná, 2011. Disponível em: <[https://mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema\\_Garantias\\_ECA\\_na\\_Escola.pdf](https://mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Garantias_ECA_na_Escola.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

EMRICH, Renata. **A Mão Boa e a Mão Boba**. Belo Horizonte: Editora Ramalhete, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **A escola que protege enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FERNANDES, Fernanda; LORENZETTI, Leonir. A educação sexual nos anos iniciais: um estudo a partir de dissertações e teses. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 507-522, jan./abr. 2019.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é possível**. Londrina: Eduel (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **O que é educação sexual?** 1 vídeo (13min 09 seg). 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=l\\_YzXUrL6Ls](https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls)>. Acesso em: 29 out. 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Rev. Nuances**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 123-133, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução Inglesa: Imago, 1905.

FUKUMORI, Cristina; SILVA, Alessandra Rocha Santos e Soma, Sheila Maria Prado. **O Segredo de Tartanina**. São Paulo, Editora UDF, 2011. Disponível em: <<https://www.tartanina.org.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Ângela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018.

GALVAO, Afonso Celso Tanus; BRASIL, Ive. Desafios do ensino na Educação Infantil: perspectiva de professores. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 73-83, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672009000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100008)>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde – SUVISA. **Violência contra criança e adolescente é debatida em Goiás**. Goiás: Secretaria de Estado da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://www.saude.go.gov.br/aceso-a-informacao/2-institucional/7003-violencia-contra-crianca-e-adolescente-debatida-em-goias>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

HABIGZANG, Luísa (coord.). **Isolamento durante o covid-19 e violência dentro de casa**. Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas – PUC-RS, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wp-content/uploads/2020/05/Cartilha-Isolamento-durante-COVID-19-e-Viol%C3%Aancia-dentro-de-Casa.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. **Psic.: Teor e Pesq.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pires do Rio**, Goiás, Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pires-do-rio/panorama>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

IBIAPINA, Aricelma Costa; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Políticas públicas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil e no Maranhão. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*. VI. Ed. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO. **Escola desempenha papel importante na rede de proteção a crianças e adolescentes**. Editado em 19/06/2020. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/escola-desempenha-papel-importante-na-rede-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

KATAGUIRI, Lidieine Gonçalves; SCATENA, Lúcia Marina; RODRIGUES, Leiner Resende; CASTRO, Sybelle de Souza. Caracterização da violência sexual em um estado da região sudeste do Brasil. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, e20180183, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola *In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola* - teoria e prática. 4. Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÓPEZ, Carlos Rosales. Evolución y desarrollo actual de los Temas Transversales: posibilidades y limites. **Foro de Educación**, Salamanca, v. 13, n. 18, p. 143-160, 2015.

LORENCINI, Beatris Dias Braga; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Oficinas de prevenção. *In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, p. 228-260, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga. A pesquisa e o professor da escola básica: Que pesquisa, que professor? *In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). Ensinar e aprender: Sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 101-114, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ÁVILA, Dárcia Amaro; RIZZI, Juliana Lapa e SPAZIANI, Raquel Baptista. **Sem mais Segredo: Juju, uma menina muito corajosa**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 5. Ed. 2003.

MARTÍN, Cecília Cardinal. **Educación sexual: um proyecto humano de multiplex facetas**. São Paulo: Ebook, 2005.

MENINA de dez anos engravidada após ser estuprada no Espírito Santo. **Jornal Nacional**, São Paulo, 15 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/15/menina-de-dez-anos-engravidada-apos-ser-estuprada-no-espírito-santo.ghtml>>. Acesso em 18 out. 2020.

MEYER, Caroline Arcari. **Livro "O que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2017. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao\\_sexual/4187.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/4187.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001b. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-38292001000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

- MOREIRA, Kátia Fernanda Alves; OLIVEIRA, Davisson Michetti; OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa; ALENCAR, Lucas Noronha; ORFÃO, Nathalia Halax; FARIA, Edson dos Santos. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Rev de enfermagem UFPE on-line**, Recife, v. 11, n. 11, p. 4410-4417, 2017.
- MOREIRA, Marco Antônio. Pesquisa em Ensino: Aspectos Metodológicos. **Actas del PIDEC: Textos de Apoio do Programa de Doutorado em Ensino de Ciências da Universidade de Burgos**, v. 1, n. 19, p. 05-38, 2003.
- PAES, Daniela Cristina; FAVORITO, Ana Paula Favorito; GONÇALVES, Randys Caldeira. Educação sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental: o que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer?. **Multi-Science Journal**, Instituto Federal Goiano, v. 1, n. 3, p. 69-78, 2015.
- PAIXAO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saude soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 114-126, mar. 2010.
- PINHEIRO, Aldrin de Sousa; SILVA, Lucia Rejane Gomes da; TOURINHO, Maria Berenice Alves da Costa. A Estratégia Saúde da Família e a Escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 803-822, dez. 2017.
- PIRES DO RIO (GO). **Lei Orgânica do Município de Pires do Rio**. Câmara Municipal, 2011. Disponível em: <<https://camarapiresdorio.megasofttransparencia.com.br/legislacao-e-publicacoes/legislacao-municipal>>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- POLA, Lorena Christina de Anchieta Garcia. **Sexualidade humana e educação sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do Ensino Fundamental**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153254/pola\\_lcag\\_me\\_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153254/pola_lcag_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- ROSEMBERG, Fulvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p. 11-19, 1985.
- RUFINO, Camila Borges; PIRES, Laurena Moreira; OLIVEIRA, Patrícia Carvalho; SOUZA, Sandra Maria Brunini; SOUZA, Márcia Maria. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Universidade Federal de Goiás, v. 15, n. 4, p. 983-991, 2013.
- SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. **Revista Pediatria – USP**, São Paulo, v. 22, n. 01, p. 45-48, 2000.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica: EDUR, 2011. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. O percurso da notificação de suspeitas ou de ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes no Sistema de garantia de Direitos (SGD). *In*: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Gorete Vasconcelos; BARBIERI, Paola; NASCIMENTO, Vanessa. (Orgs.). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília: EdUCB, 2014. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- SARMENTO, Sued Sheila; ROCHA, João Batista Teixeira da; LIRA, Margare Olinda de Souza Carvalho; COSTA, Dhessika Rivieri Rodrigues dos Santos; SANTOS, Mariana Brandt Fernandes; BARBOSA, Kalliny Mirella Gonçalves. Estratégias metodológicas nas abordagens sobre IST no Ensino Fundamental. **Revista de**

**Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, Petrolina, v. 8, n. 17, 2018. Disponível em: <<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/293>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. *In*: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p. 107-117, 1997.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, Dayane Monteiro. O perfil psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Educação, Psicologia e Interfaces**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 4, n. 1, p. 144-159, 2020.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. Ed. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SOUZA, Márcia Maria de; MUNARI, Denize Bouttelet; SOUZA, Sandra Maria Brunini de; ESPERIDIÃO, Elizabeth; MEDEIROS, Marcelo. Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 91-98, 2010.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me Toca seu Boboca**. Belo Horizonte: Aletria Editora 1. Ed. 2017. Disponível em: <<https://www.andreavivianataubman.com.br/?lang=pt>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do Silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014. Disponível em: <[http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/961/1/ANA\\_CARLA\\_VAGLIATI.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/961/1/ANA_CARLA_VAGLIATI.pdf)>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Violência Doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; SILVA, Raimunda Magalhães; CAVALCANTE, Ludmilla Fontenelle; DESLANDES, Suely Ferreira. Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3407-3416, 2015.

OLIVEIRA, Thaís Villa; PRADO, Vagner Matias do. Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil. **Revista Cocar**, Belém, v.14, n.30, p. 1-17, 2020.

VIODRES INOUE, Silvia Regina; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, mar. 2008.

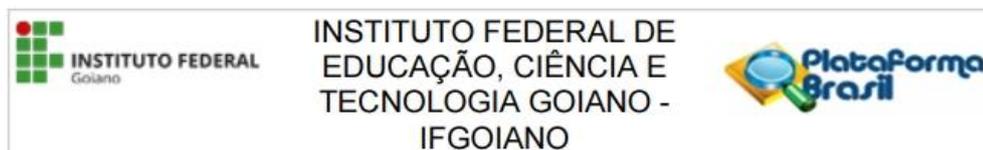
WAKSMAN, Renata Dejtiar; HIRSCHHEIMER, Mário Roberto; PFEIFFER, Luci. **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018.

WORLD VISION. **COVID-19 Aftershocks**. A perfect storm: millions more children at risk of violence under lockdown and into the ‘new normal’. World Vision, May 2020. It takes a world to end violence against children. Disponível em: <[https://www.wvi.org/sites/default/files/2020-05/Aftershocks%20FINAL%20VERSION\\_0.pdf](https://www.wvi.org/sites/default/files/2020-05/Aftershocks%20FINAL%20VERSION_0.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Sexualidade e educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Travessias**, Cascavel, v. 11, n. 1, p. 76-92, 2017.

## ANEXO

## Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Pesquisador:** HANIELLY CRISTINNY MENDES CARVALHO

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 36947120.2.0000.0036

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.379.122

**Apresentação do Projeto:**

Relata-se "No Brasil os estudos relacionados ao exercício da sexualidade e à abordagem da educação sexual vêm sofrendo transformações ao longo da história. No seio familiar, na maioria das vezes, não ocorre diálogo. Muitas vezes, no ambiente escolar, as informações são transferidas carregadas de preconceitos e tabus e, apenas voltadas aos aspectos biológicos do ser humano. Avançar em um ensino de educação sexual de maior qualidade nas escolas é extremamente importante na atualidade, uma vez que os índices de gravidez na adolescência, de infecções sexualmente transmissíveis e de violência sexual contra crianças e adolescentes têm aumentado a cada dia. Considera-se que a prevenção dos fatos acima relatados e dos fatores de risco a eles associados, é responsabilidade de diversos setores, inclusive da educação. As temáticas ligadas à sexualidade fazem parte do cotidiano dos estudantes. O professor é o responsável por abrir um caminho de comunicação para que a educação sexual seja abordada sem nenhum preconceito. Dessa forma, partindo da hipótese de que não há um trabalho efetivo sobre a temática da educação sexual no contexto escolar, o presente estudo busca compreender como as escolas de 1ª fase da rede pública do município de Pires do Rio - GO têm trabalhado a educação sexual em seu cotidiano. Assim, a investigação, de caráter qualitativo, envolverá como sujeitos da pesquisa, gestores e coordenadores de escolas públicas municipais e terá, como objetivo final, a elaboração de um produto educacional que possa auxiliar o professor a trabalhar a educação sexual com seus

**Endereço:** Rua 88, n°280

**Bairro:** Setor Sul

**CEP:** 74.085-010

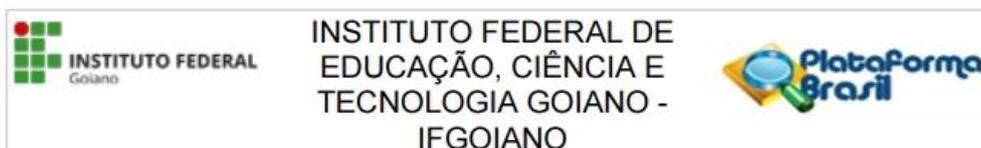
**UF:** GO

**Município:** GOIANIA

**Telefone:** (62)3605-3600

**Fax:** (62)3605-3600

**E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

alunos e, portanto, contribuir com a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, colaborar com a formação dos professores para que possam multiplicar tal conhecimento."

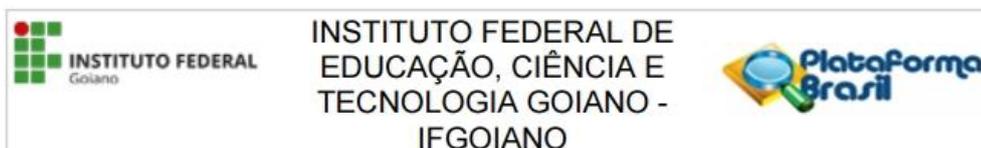
**Objetivo da Pesquisa:**

Relata-se "Verificar quais as dificuldades das escolas de 1ª fase em trabalhar a educação sexual com seus alunos."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Relata-se: "Levando em consideração que toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados, sendo necessário ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo, este estudo por se tratar de uma temática tabu e envolver questões sensíveis sobre violência e sexualidade, a pesquisa pode gerar algum desconforto a curto, médio ou longo prazo, ou ainda, um estado emocional desagradável (uma vez que a forma como o participante recebe as perguntas é imprevisível). Para minimizar tais desconfortos, o participante poderá se sentir à vontade para não responder às questões constrangedoras. É importante ressaltar que a pesquisadora responsável possui formação e habilitação para atuação na área da Psicologia e, para a redução dos efeitos resultantes dos possíveis desconfortos, esta estará atenta aos sinais verbais e não verbais dos participantes, oferecendo suporte psicológico a qualquer tempo, de forma apropriada e respeitando o Código de Ética do Psicólogo. Os participantes poderão também ser encaminhados à profissionais de outras áreas, viabilizando sua proteção, bem como assegurando os cuidados necessários no caso de danos, com direito à indenização. Será assegurada a garantia de assistência integral e imediata, de forma gratuita, com suporte psicológico e de outros profissionais que se fizerem necessário, em qualquer etapa do estudo, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. Os benefícios diretos e indiretos da pesquisa possuem efeitos imediatos e subsequentes, uma vez que pode ajudar gestores e coordenadores na compreensão dos diversos olhares existentes sobre a importância da educação sexual na prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trazendo novos conhecimentos à rede de proteção. Além disso, estes serão potenciais multiplicadores de conhecimento aos seus alunos e familiares destes." Parecer: Atende a legislação.

**Endereço:** Rua 88, n°280  
**Bairro:** Setor Sul **CEP:** 74.085-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

##### **4.1 - Tema e objeto da pesquisa:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

##### **4.2 - Relevância Social e objetivos da pesquisa:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

##### **4.3- Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:**

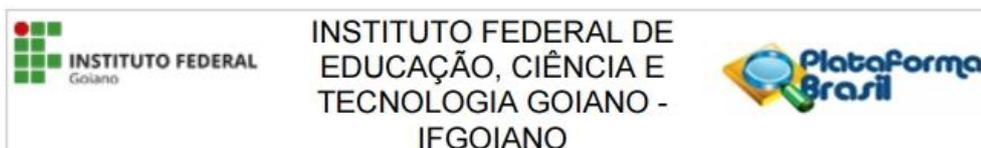
Relata-se: "A pesquisa será realizada na cidade de Pires do Rio – GO, situada na mesorregião do Sul Goiano, com estimativa de 31.458 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A amostra será composta por aproximadamente de 18 (dezoito) participantes, tendo como requisito sua atuação frente à gestão e coordenação das escolas públicas municipais de 1ª fase da cidade de Pires do Rio – GO. A escolha desse público partiu da condição de que estes são funcionários efetivos da educação básica do município de Pires do Rio – GO e assumem posições/funções de multiplicadores de conhecimento, auxiliando docentes, pais e alunos quanto ao processo de ensino-aprendizagem, além de diversas outras questões que circulam dentro do ambiente escolar. Para efetivação deste estudo a investigação qualitativa foi eleita a metodologia a ser adotada, uma vez que, para alcançar o objetivo proposto, é necessário conhecer os significados, as dificuldades, as dúvidas dos participantes envolvidos na pesquisa e, sendo o enfoque qualitativo àquele que permite focar o que as pessoas vivenciam e a forma como estas interpretam suas vivências. Nesse sentido, a escolha de um estudo de natureza qualitativa apresenta-se como o mais adequado, pois se aprofunda no mundo dos significados das ações e das relações humanas (Minayo, 2001). Após consentimento se sua participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, será aplicado um questionário aos participantes com o objetivo de diagnosticar como as escolas públicas de 1ª fase cidade de Pires do Rio – GO têm tratado as questões sobre a educação sexual em seu cotidiano. Assim, para a análise e interpretação destes dados será adotada a proposta da Análise de Conteúdo, de Bardin (2006), definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais)."

Parecer: Atende a legislação.

##### **4.4 - Avaliação do processo de obtenção do TCLE:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

<b>Endereço:</b> Rua 88, n°280	<b>CEP:</b> 74.085-010
<b>Bairro:</b> Setor Sul	
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3605-3600	<b>Fax:</b> (62)3605-3600
	<b>E-mail:</b> cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

**4.5 - Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.6 - Critérios de Inclusão e Exclusão:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.7- Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.8- Resultados do Estudo:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.9- Divulgação dos Resultados:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.10 – Cronograma:**

Parecer: Atende a legislação.

**4.11- Orçamento**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**4.12- Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

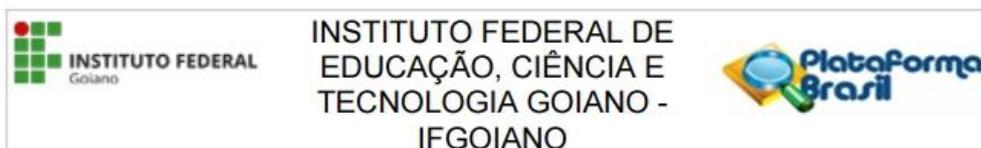
**5.1- Folha de rosto:**

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**5.2- TCLE: (Exigência IV.4, IV.5 , IV.6 - Res. 466/12)**

Parecer: Atende a legislação.

<b>Endereço:</b> Rua 88, n°280	<b>CEP:</b> 74.085-010
<b>Bairro:</b> Setor Sul	
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3605-3600	<b>Fax:</b> (62)3605-3600
	<b>E-mail:</b> cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

5.3- Termo de Compromisso:

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

5.4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

5.5 – Projeto detalhado.

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

5.6 - Guarda e descarte de documentos:

Parecer: "Não houve alteração mediante parecer anterior."

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Prezado Pesquisador, o CEP IF Goiano aprova seu projeto. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

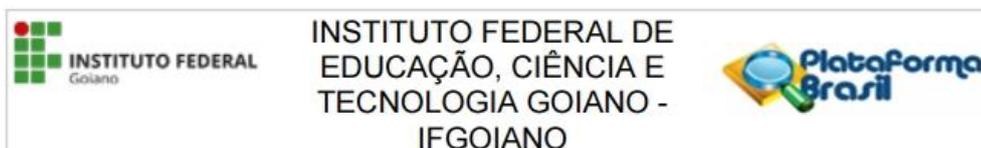
**Considerações Finais a critério do CEP:**

De acordo com o documento "ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)", publicado dia 09 de maio de 2020:

"3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)"

<b>Endereço:</b> Rua 88, n°280	<b>CEP:</b> 74.085-010
<b>Bairro:</b> Setor Sul	
<b>UF:</b> GO	<b>Município:</b> GOIANIA
<b>Telefone:</b> (62)3605-3600	<b>Fax:</b> (62)3605-3600
	<b>E-mail:</b> cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1581281.pdf	18/10/2020 20:29:16		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alteracoes_CEP.docx	18/10/2020 20:22:06	HANIELLY CRISTINNY MENDES CARVALHO	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	18/10/2020 20:21:38	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_alteracoes_CEP.docx	18/10/2020 20:21:17	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso_pesquisadores.docx	20/09/2020 20:13:28	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Outros	curriculo_lattes_B.pdf	24/08/2020 17:35:53	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Outros	curriculo_lattes_A.pdf	24/08/2020 17:35:18	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Outros	Instrumento_questionario.docx	24/08/2020 17:25:08	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	20/08/2020 10:21:15	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_Instituicao_Coparticipante.pdf	20/08/2020 10:19:56	HANIELLY CRISTINNY MENDES	Aceito

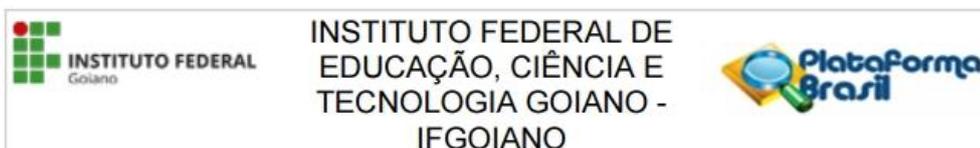
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Avaliação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua 88, n°280  
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010  
 UF: GO Município: GOIANIA  
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 4.379.122

GOIANIA, 04 de Novembro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Luiza Ferreira Rezende de Medeiros**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua 88, n°280  
**Bairro:** Setor Sul **CEP:** 74.085-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – TCLE

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Hanielly Cristinny Mendes Carvalho através do telefone: (64) 99233-1865 ou através do e-mail: [haniellycarvalho@outlook.com](mailto:haniellycarvalho@outlook.com). Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

#### **1. Justificativa, os objetivos e procedimentos**

A presente pesquisa é motivada pelos altos índices de índices de gravidez na adolescência, de infecções sexualmente transmissíveis e de violência sexual contra crianças e adolescentes que têm aumentado a cada dia. Considera-se que a prevenção dos fatos acima relatados e dos fatores de risco a eles associados, é responsabilidade de diversos setores, inclusive da educação. As temáticas ligadas à sexualidade fazem parte do cotidiano dos estudantes e a escola é também responsável por abrir um caminho de comunicação para que a educação sexual seja abordada sem nenhum preconceito.

Nesta pesquisa se pretende verificar quais as dificuldades das escolas municipais de Pires do Rio – GO em trabalhar a educação sexual com seus alunos e, posteriormente, propor estratégias e práticas de ensino que possam contribuir com a abordagem desta temática.

Para a coleta de dados será utilizado um questionário composto por duas partes: a primeira sobre o perfil do (a) participante (idade, sexo, estado civil, filhos, religião,

formação, tempo de atuação na Educação Infantil) e, a segunda parte com perguntas objetivas e descritivas que envolvem a temática da educação sexual.

## **2. Desconfortos, riscos e benefícios:**

Este estudo por se tratar de uma temática tabu e envolver questões sensíveis sobre violência e sexualidade, a pesquisa pode gerar algum desconforto a curto, médio ou longo prazo, ou ainda, um estado emocional desagradável (uma vez que a forma como o participante recebe as perguntas é imprevisível).

Para minimizar tais desconfortos, o participante poderá se sentir à vontade para não responder às questões constrangedoras. É importante ressaltar que a pesquisadora responsável possui formação e habilitação para atuação na área da Psicologia e, para a redução dos efeitos resultantes dos possíveis desconfortos, esta estará atenta aos sinais verbais e não verbais dos participantes, oferecendo suporte psicológico a qualquer tempo, de forma apropriada e respeitando o Código de Ética do Psicólogo.

Os participantes poderão também ser encaminhados à profissionais de outras áreas, viabilizando sua proteção, bem como assegurando os cuidados necessários no caso de danos, com direito à indenização.

Os benefícios diretos e indiretos da pesquisa possuem efeitos imediatos e subsequentes, uma vez que pode ajudar a escola na compreensão dos diversos olhares existentes sobre a importância da educação sexual na prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trazendo novos conhecimentos, também, à rede de proteção.

## **3. Forma de acompanhamento e assistência:**

Será assegurada a garantia de assistência integral e imediata, de forma gratuita, com suporte psicológico e de outros profissionais que se fizerem necessário, em qualquer etapa do estudo, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. Você terá acesso à pesquisadora responsável para esclarecimento de eventuais dúvidas e caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado, de acordo com a demanda apresentada, sem ônus de qualquer espécie.

## **4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo**

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu

consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

#### **5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos:**

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada **“EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”**, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

Pires do Rio – GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

**Apêndice 2 – Questionário****QUESTIONÁRIO**

Prezado (a) Participante,

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica (IFGoiano) e estou realizando uma pesquisa sobre a importância das discussões em educação sexual na educação básica, sob a orientação do professor Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira. Este questionário tem como objetivo verificar como as escolas municipais de Iª fase (Educação Infantil) da cidade de Pires do Rio – GO têm trabalhado a educação sexual em seu cotidiano profissional com os alunos. Sinta-se à vontade para responder o questionário, seja o mais sincero (a) possível. Em caso de dúvidas você pode consultar a pesquisadora responsável a qualquer momento. Salientamos que todas as informações e dados fornecidos no questionário são confidenciais e reservados para análise da equipe de pesquisa. Certa de sua indispensável colaboração, agradeço antecipadamente.

Hanielly Cristinny Mendes Carvalho  
 Pesquisadora responsável  
 Mestranda em Ensino para a Educação Básica  
 Telefone: (64) 99233-1865

**PARTE I – PERFIL DO (A) PARTICIPANTE:**

**Idade:**\_\_\_\_\_.

**Sexo:** ( )Mas ( )Fem.

**Estado civil:**

- ( )Solteiro (a)
- ( )Casado (a)
- ( )Viúvo (a)
- ( )Separado (a)
- ( )Divorciado (a)
- ( )União Estável
- ( )Outro

**Possui filhos:** ( )Sim ( )Não

**Crença Religiosa:**

- ( )Católica
- ( )Evangélica
- ( )Testemunha de Jeová
- ( )Espírita
- ( )Adventista
- ( )Outras:\_\_\_\_\_.
- ( )Ateu (ausência de crença religiosa)

**Formação:**

**Curso de Graduação:**\_\_\_\_\_. **Ano em que concluiu:**\_\_\_\_\_.

**Outras formações:**

- ( ) Especialização (Lato-Sensu)  
 ( ) Mestrado  
 ( ) Doutorado

**Cargo/função:** ( ) Diretor (a) ( ) Coordenador (a) ( ) Professor (a)

**Tempo de atuação na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I:** \_\_\_\_\_.

**PARTE II – NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA**

**1. Você considera importante e/ou necessário conversar sobre educação sexual na escola?**

( ) Sim ( ) Não. Explique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2. Você conhece as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) sobre a educação sexual na escola?**

( ) Sim ( ) Não. Se sim, o que você sabe a respeito? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**3. Você conhece as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a educação sexual na escola?**

( ) Sim ( ) Não. Se sim, o que você sabe a respeito? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**4. Como diretor (a), coordenador (a) ou professor (a) da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I, você se sente preparado (a) para tratar sobre a educação sexual com seus alunos?**

( ) Me sinto BEM preparado (a).

( ) Me sinto POUCO preparado (a).

( ) NÃO me sinto preparado (a).

( ) Outros \_\_\_\_\_

**5. Como diretor (a), coordenador (a) ou professor (a) da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I, você sente que sua equipe está preparado (a) para tratar sobre a educação sexual com os alunos?**

( ) Minha equipe está BEM preparada.

( ) Minha equipe está POUCO preparada.

( ) Minha equipe está NÃO está preparada.

( ) Outros \_\_\_\_\_

**6. Como diretor (a), coordenador (a) ou professor (a) da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I, você sente algum medo ou receio ao falar de educação sexual com os alunos?**

( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. **Você e a sua equipe se sentem à vontade para conversar e esclarecer dúvidas sobre a educação sexual com seus alunos?**  
 BEM à vontade.  
 POUCO à vontade.  
 NÃO se sentem à vontade.  
 Outros \_\_\_\_\_
8. **Você ou a sua equipe já trabalharam algo referente à temática da educação sexual na escola com seus alunos?**  
 Sim  Não. Se sim, como foi? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
9. **Em sua opinião, quais as maiores dificuldades para desenvolver o trabalho em educação sexual na escola? Marque mais de um, se necessário.**  
 Desmotivação do professor ou demais funcionários da escola  
 Dificuldade na abordagem do tema  
 Receio da família  
 Falta de conhecimento/conteúdo  
 Falta de apoio e/ou recursos materiais  
 Outros \_\_\_\_\_
10. **Você enquanto diretor (a), coordenador (a) ou professor (a) da Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental I incentiva sua equipe a trabalhar temas relacionados à educação sexual com os alunos?**  
 Incentivo MUITO minha equipe.  
 Incentivo POUCO minha equipe.  
 NÃO incentivo minha equipe.  
 Outros \_\_\_\_\_
11. **Na sua formação acadêmica houve discussões que levaram à reflexão sobre a educação sexual?**  
 Sim  Não. Se sim, você se sentiu à vontade para expor sua opinião? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
12. **Na sua opinião, é importante discussões e estudos sobre a educação sexual de crianças?**  
 Sim  Não. Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
13. **Na sua opinião, a educação sexual de crianças e adolescentes é papel da família ou da escola? Por que?**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**14. Você considera relevante a oferta de um curso de capacitação sobre educação sexual na escola?**

( ) Sim ( ) Não. Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**15. Você participaria de um curso de capacitação sobre a educação sexual?**

( ) Sim ( ) Não. Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**16. Qual a carga horária de estudo você considera relevante e sugere para a oferta de um curso de capacitação sobre a educação sexual na escola?**

( ) 20 horas

( ) 30 horas

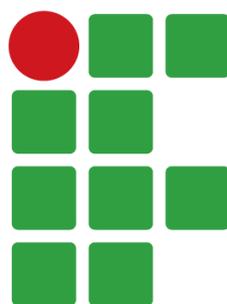
( ) 40 horas

Outra sugestão: \_\_\_\_\_.

**17. Você acredita que a educação sexual pode ajudar na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes?**

( ) Sim ( ) Não. Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Goiano

---

Campus  
Urutaí